

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	36
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	38
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	43
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	44
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	45
4.7 - Outras Contingências Relevantes	46

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	47
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	48
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	49
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	50
5.4 - Programa de Integridade	51
5.5 - Alterações significativas	53
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	54
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	55
6.3 - Breve Histórico	56
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	58
6.6 - Outras Informações Relevantes	59
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	60
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	61
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	62
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	63
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	65
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	66
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	67
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	68
7.8 - Políticas Socioambientais	69
7.9 - Outras Informações Relevantes	70
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	71
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	72

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	73
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	74
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	75
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	82
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	83
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	84
9.2 - Outras Informações Relevantes	93
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	94
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	109
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	111
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	113
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	114
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	115
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	116
10.8 - Plano de Negócios	117
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	118
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	119
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	120
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	121
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	124
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	127
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	128

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	129
12.7/8 - Composição Dos Comitês	131
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	132
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	133
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	149
12.12 - Outras informações relevantes	150

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	151
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	154
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	158
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	160
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	161
13.6 - Opções em Aberto	162
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	163
13.8 - Precificação Das Ações/opções	164
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	165
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	166
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	167
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	168
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	169
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	170
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	171
13.16 - Outras Informações Relevantes	172

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	173
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	174
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	175
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	176
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	177
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	178
15.3 - Distribuição de Capital	188
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	189
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	193
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	194
15.7 - Principais Operações Societárias	198
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	201
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	202
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	203
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	204
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	205
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	206
17.2 - Aumentos do Capital Social	207
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	208
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	209
17.5 - Outras Informações Relevantes	210
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	212

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	214
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	215
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	216
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	217
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	218
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	219
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	220
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	221
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	222
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	223
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	224
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	225

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	226
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	227
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	228

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	229
20.2 - Outras Informações Relevantes	230

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	231
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	232
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	233
21.4 - Outras Informações Relevantes	234

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022

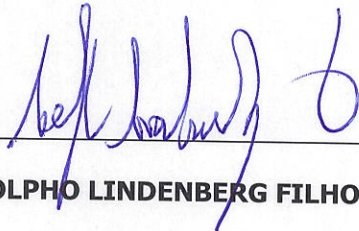


ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022

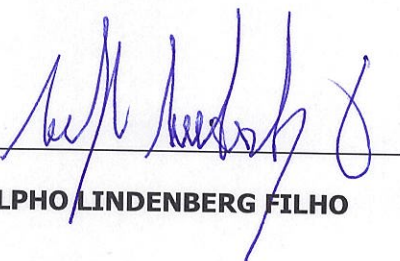


ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.3 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores pagos foram: para o exercício de 2014 R\$ 96 mil, para o exercício de 2015 R\$ 111 mil, para o exercício de 2016 R\$ 120 mil e para o exercício de 2017 R\$ 126 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ribas Gomes Simões	01/01/2017	166.322.238-00	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: risimoes@deloitte.com
Tarcisio Luiz dos Santos	01/06/2015	169.202.088-90	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: tasantos@deloitte.com
Walter Dalsasso	01/01/2013	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores para o exercício de 2018 foram R\$ 101 mil, para o exercício de 2019 R\$107 mil, para o exercício de 2020 R\$150 mil e para o exercício de 2021 R\$165 mil
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fernando Prospero Neto	01/06/2020	076.401.778-04	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Vila Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733300, Fax (11) 25733300, e-mail: fernando.prospero@br.ey.com
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/01/2018	197.375.598-00	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com
Uilian Dias Castro de Oliveira	01/06/2018	216.771.088-78	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: uilian.castro@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre o item "2".

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	9.161.000,00	3.301.578,00	1.357.072,00
Ativo Total	191.419.000,00	124.699.288,00	79.872.069,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	73.003.000,00	30.038.667,00	4.590.212,00
Resultado Bruto	25.646.670,00	5.522.322,00	-2.971.979,00
Resultado Líquido	7.466.878,00	1.944.984,00	-24.666.417,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Básico por Ação	20,070000	5,220000	-66,290000

3.2 - Medições Não Contábeis

a) Valor das Medições não Contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	2019
Receita de prestação de serviços	19.460	6.668	4.497
Receita da venda de unidades imobiliárias	64.515	26.248	94
Impostos incidentes sobre a receita	(10.972)	(2.877)	(515)
Total Receita Operacional Líquida	73.003	30.039	4.076

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das Demonstrações Financeiras auditadas e EBITDA

Segue, abaixo, o cálculo do nosso EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	2019	2018
Receita Operacional Líquida	73.003	30.039	4.076	6.814
Resultado Líquido	7.467	1.943	(24.666)	2.500
IR/CSLL	1.161	676	(18)	16
Resultado Financeiro	5.128	1.206	(938)	(489)
EBITDA	13.756	3.825	(25.622)	2.027
Margem EBITDA (%)	18,8%	12,7%	n/a	29,7%

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e de seu resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de sua estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de abril de 2022, a Construtora Adolpho Lindenberg informou em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2022, aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que a aprovação sem restrições do Ato de Concentração nº 08700.001465/2022-16, referente à parceria entre CAL e EZ Tec, com a estruturação de uma sociedade denominada EZCAL Participações Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários (“Transação”), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), tornou-se final e definitiva, após o decurso do prazo de 15 dias contado da publicação da referida decisão no Diário Oficial da União, em 31 de março de 2022, nos termos da legislação aplicável, tendo o CADE certificado, nesta data, que não houve recurso apresentado por terceiros ou avocação pelo Tribunal Administrativo do CADE. Com isso, a condição precedente relativa à aprovação do CADE foi obtida.

Posteriormente, conforme Fato Relevante divulgado em 28 de abril de 2022, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“Companhia”) comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) e na Assembleia Especial de titulares de ações preferenciais (“AGEsp”) realizadas na mesma data foram deliberado e aprovadas as seguintes matérias: (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial; (ii) o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1:5; (iii) a inclusão da previsão de capital autorizado no estatuto social da Companhia, nos termos dos artigos 75 e 168 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) a reforma do Estatuto Social da Companhia e sua consequente consolidação, para refletir o disposto nos itens (i) a (iii) acima, se aprovados; (v) a realização de aumento do capital social da Companhia no montante de, no mínimo, R\$ 7.868.506,80 (sete milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e seis reais e oitenta centavos), e, no máximo, R\$ 9.154.127,40 (nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), com a emissão de, no mínimo, 1.599.290 (um milhão, quinhentas e noventa e nove mil e duzentas e noventa) ações ordinárias e, no máximo, 1.860.595 (um milhão, oitocentas e sessenta mil, quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias; (vi) a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional às ações a serem subscritas no âmbito do aumento de capital; e (vii) a autorização aos membros da Diretoria a praticarem todos os atos necessários para implementar as matérias descritas acima, se aprovadas.

A Companhia irá divulgar novos Avisos aos Acionistas oportunamente informando a respeito dos prazos e procedimentos operacionais relacionados aos eventos elencados acima.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
Regras sobre retenção de lucros	De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais. O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia	De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais. O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia	De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais. O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia
Valores das retenções de lucros	Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04 de abril de 2022, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, perfazendo um montante total de R\$7.466.878,93, como segue: (a) R\$698.423,25 destinado a absorção de Prejuízos Acumulados (b) R\$338.422,78 para a constituição de Reserva Legal; (c) R\$1.607.508,22 distribuídos a título de dividendos, sendo: (c.1) R\$1.071.672,15 distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo; (c.2) R\$535.836,07 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo.	Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de março de 2021, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, perfazendo um montante total de R\$ 1.944.983,65 que será integralmente destinado a absorção de prejuízos acumulados.	Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2020, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, perfazendo um montante total de R\$ 24.666.417,82 que será integralmente destinado a absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 187da Lei das S.A.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram: (a) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal; (b) 25,00% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo mínimo; (c) 64,59% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.	N/A	N/A
Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
	de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	7.466.878,93	1.944.983,65	-24.666.417,82
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	23,800000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	226,100000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	1.607.508,22	0,00	0,00
Lucro líquido retido	4.822.524,67	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	04/04/2022	26/03/2021	24/04/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	535.837,51	26/04/2022				
Preferencial	1.071.670,71	26/04/2022				
			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressalvando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

No exercício social encerrado em 31/12/2021, do lucro líquido total no valor de R\$ 7.466.878,93, R\$ 698.423,25 foram destinado para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Do saldo remanescente, R\$ 338.422,78 foi destinado a reserva legal. Houve dividendos distribuídos no valor de R\$ 1.607.508,22 e o saldo de R\$ 4.822.524,67 foi destinado a reserva de retenção de lucros.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	87.096.869,00	Índice de Endividamento	6,52941819	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		0,00	10.775,00	0,00	0,00	10.775,00
Empréstimo	Garantia Real		8.747,00	40.232,00	27.343,00	0,00	76.322,00
Total			8.747,00	51.007,00	27.343,00	0,00	87.097,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável uma vez que não houve quaisquer informações relevantes às últimas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou sua reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

(a) com relação à Companhia

Dependemos da disponibilidade de financiamento para suprir nossas necessidades de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos, bem como para financiar aquisições de imóveis por compradores de imóveis em potencial.

Para o exercício de nossas atividades necessitamos de volumes significativos de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos. Dessa forma, dependemos de empréstimos bancários e do caixa gerado por nossas atividades para suprir nossas necessidades de capital de giro. Para o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, podemos, portanto, ter necessidade de levantar capital adicional por meio de empréstimos bancários, ou da emissão de títulos de dívida, bem como por meio de aportes de capital de nossos acionistas, investidores, ou da emissão de ações. Adicionalmente, a maioria dos compradores em potencial também dependem de financiamento para adquirir seus imóveis.

Não podemos assegurar que haverá disponibilidade de financiamento com condições satisfatórias para nós ou para compradores de imóveis em potencial. Mudanças nas regras de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (com recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos) e do Sistema Financeiro Imobiliário, a falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar nossa capacidade e a capacidade ou disposição de compradores em potencial para tomar financiamentos, restringindo, assim, o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, e reduzindo a demanda pelos nossos imóveis. Nesta hipótese, poderemos necessitar de capital ou financiamento adicional antes do previsto ou ser obrigados a adiar alguns de nossos novos planos de incorporação e expansão ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado.

Nossa capacidade de pagar e refinar nossa dívida, financiar nossos investimentos planejados dependerá da nossa capacidade de gerar receita no futuro. Não podemos garantir que nossas atividades gerarão fluxo de caixa operacional suficiente e/ou que teremos acesso no futuro a financiamentos em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

valor e condições suficientes que nos permitam pagar nossa dívida ou financiar outras necessidades de caixa.

Futuros instrumentos de empréstimo como linhas de crédito, podem conter cláusulas mais restritivas – principalmente devido à recente crise econômica e à falta de disponibilidade de crédito e/ou podem exigir que tenhamos que hipotecar ativos como garantia dos empréstimos tomados.

A dificuldade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar e impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, nosso caixa era de R\$10,168 milhões, a dívida total (a soma de todas as dívidas corporativas e financiamentos a terreno e produção) da Companhia era de R\$33,720 milhões.

Nosso sucesso depende significativamente da eficiência de nossa estratégia de marketing e da nossa capacidade em oferecer aos clientes uma experiência de consumo com qualidade diferenciada.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com a nossa estratégia de marketing, nossa oferta de empreendimentos imobiliários e a experiência de consumo com qualidade diferenciada podem reduzir de forma significativa o nosso valor, tal como ocorrido com a pandemia de COVID-19. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade do serviço, produto, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, nossos negócios e nossos resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

O reconhecimento pelo mercado é essencial para a atratividade dos empreendimentos imobiliários e para o sucesso financeiro. Caso nosso plano estratégico não seja eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos do que os nossos em marketing, e no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários diferenciados, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar aos nossos negócios, afetando nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Nossos processos de gestão e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e sobre a cotação de nossas ações.

Estamos sujeitos à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude, praticados por seus administradores, colaboradores ou terceiros atuando em seu nome ou benefício. Dentre as sanções estão: multas; perda de benefícios ilicitamente obtidos; proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; suspensão de operações corporativas; confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; dentre outras sanções que, se aplicadas, podem afetar adversamente nossos resultados.

Nossos processos de gestão e *compliance* podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de nossas ações de forma negativa.

A perda de membros da nossa alta administração, ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Nossa capacidade de manter posição competitiva depende em larga escala dos serviços da nossa alta administração. Estas pessoas não estão sujeitas a contrato de trabalho de longo prazo ou de não concorrência. Assim, não podemos garantir que teremos sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração e acompanhar o ritmo de nosso crescimento. De qualquer forma, a perda dos serviços dos membros da nossa alta administração ou a incapacidade de atrair e manter

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pessoal adicional para integrá-la pode causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a nós.

Somos ou poderemos vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, aos interesses de nossos administradores e/ou de nossos acionistas controladores, ou ainda aos nossos prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios ou resultados. O valor de provisões feitas por nós poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Da mesma forma, um ou mais de nossos administradores e/ou nossos administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na nossa reputação, nos nossos negócios ou nos nossos resultados, direta ou indiretamente.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais, o que pode afetar adversamente os negócios ou sua condição financeira.

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, como riscos de engenharia civil e cruzada, incêndio, desmoronamentos, raios, explosão de gás e possíveis erros de construção. Todavia, a Companhia não pode garantir que a sua cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas apólices de seguro da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguro podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia.

O valor de mercado dos terrenos que mantemos em estoque pode cair, o que poderá impactar adversamente nosso resultado operacional.

O valor de terrenos mantidos em estoque e que venham a ser adquiridos poderá variar significativamente entre a data de suas aquisições e a incorporação dos empreendimentos aos quais se destinam, em consequência das condições econômicas, regulatórias ou de mercado. Dessa maneira, eventual queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque impactará, também, o custo de oportunidade do capital que foi aplicado no terreno, afetando adversamente a receita financeira da Companhia.

Podemos incorrer em custos não previstos e em atrasos para a conclusão de projetos.

Nossas atividades envolvem a incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais. Dentre os principais riscos relacionados aos nossos projetos, ressaltamos a duração dos trâmites internos das Prefeituras competentes, a necessidade de regularização das áreas dos imóveis e de eventuais pendências a eles relacionadas, a obtenção de licenças ambientais, possibilidade de exigências formuladas pelos órgãos envolvidos que demandem tempo para sua execução e cumprimento, possibilidade de alterações na lei de zoneamento e/ou no plano diretor estratégico aplicável que impossibilitem as construções e/ou reformas inicialmente previstas, ocorrência de custos acima do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

orçado, eventual necessidade do aval dos proprietários dos imóveis locados e dos outorgantes da superfície para realização de obras nos imóveis, e, conseqüentemente, o não cumprimento dos prazos de entrega e conclusão dos projetos. Tais riscos podem resultar na possibilidade de termos que adiantar recursos para cobrir tais custos acima do orçamento e/ou de incorrerem em atraso no início de geração de receitas de vendas. Tais fatores podem reduzir as taxas de retorno de determinado projeto e/ou afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira e se nossos acionistas deliberarem por não os distribuir, o que pode afetar adversamente, inclusive, a cotação de nossas ações e a nossa imagem.

Reconhecemos a receita de vendas proveniente de nossos empreendimentos à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. Com isso, o ajuste do custo de um projeto de incorporação pode reduzir ou eliminar a receita e o lucro anteriormente apurados.

A receita de venda de nossas unidades ainda é reconhecida à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. As estimativas de custo total orçado são regularmente revisadas, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia do período em que a revisão é efetuada. Quando as revisões apontam um aumento da estimativa de custos, é necessário registrar uma redução na receita previamente reconhecida, gerando um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, os contratos de venda de nossos empreendimentos estão sujeitos a serem cancelados no período entre a sua assinatura e a sua quitação, retornando à unidade imobiliária aos estoques da Companhia, com o conseqüente estorno de parte da receita apropriada daquele contrato ao longo do período, podendo gerar um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente nossos resultados.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Até 31 de dezembro de 2017, quando terminou a vigência do CPC 30 Receita de Contrato com cliente (revogado), a Companhia reconheceu a receita referente aos contratos de incorporação imobiliária utilizando a metodologia do POC (*Percentage of Completion method*), que consiste no reconhecimento da receita com base percentual de evolução da obra, baseado no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

O CPC constituiu um grupo de trabalho em 2016 para analisar os impactos da adoção do IFRS 15 (e, conseqüentemente, do CPC 47) para entidades de incorporação imobiliária e, como resultado das discussões desse grupo, uma revisão do OCPC 04 (versão R1) foi colocada em audiência pública no ano de 2017. Como parte desse processo, o CPC efetuou uma consulta sobre o tema ao *IFRS Interpretations Committee* (IFRS IC) contendo considerações sobre as características comuns de contratos de incorporação imobiliária no Brasil, o qual analisou o assunto inicialmente em sua reunião de setembro de 2017, e, após um período em que sua decisão de agenda tentativa esteve disponível para comentários, finalizou a discussão em março de 2018, tendo concluído que nenhum dos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo previstos no parágrafo 35 do IFRS 15 foram atendidos, e, dessa forma, para aqueles contratos a entidade deveria reconhecer a receita em um momento específico no tempo e não utilizando a metodologia POC.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) emitiram o Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018 o qual descreve manifestação da CVM a respeito da aplicação do CPC 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, asseverando que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC para os principais contratos da Companhia – contratos de compra e venda de unidades imobiliários com quitação do com saldo devedor por um banco privado, devendo ser efetuado o ajustamento contábil por meio de “provisões para distratos”.

O Ofício circular afirma que a aplicação do método de reconhecimento de receita pelo POC exige por parte da Administração da Companhia a existência e funcionamento de sistemas robustos de controles internos para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna.

Em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia, objetivando ter um alinhamento de suas práticas contábeis analisou seu contrato com o cliente e seu o monitoramento contínuo dos contratos e sua estrutura de controles internos relacionadas ao controle dos seus custos incorridos e, levando em consideração a interpretação dada pelo Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018, decidiu por continuar a reconhecer a receita com base na metodologia POC.

Todavia, caso seja requerida a preparação de demonstrações financeiras levando-se em consideração a interpretação dada pelo IFRS-IC, estas deverão apresentar situação patrimonial e financeira significativamente diferente daquela atualmente divulgada pela Companhia.

Podemos enfrentar dificuldades para localizar terrenos atraentes e aumentos no preço de terrenos poderão elevar nossos custos de vendas, diminuir nosso lucro e, conseqüentemente, nos afetar adversamente.

Nosso crescimento contínuo depende, em grande parte, de nossa capacidade de continuar a adquirir terrenos a custo razoável. O preço dos terrenos é um dos componentes mais importantes do custo dos nossos empreendimentos. À medida que outras incorporadoras entram no setor brasileiro de incorporação de empreendimentos residenciais ou aumentam suas operações nesse setor, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, principalmente o Estado de São Paulo, nossa região de atuação, podendo haver escassez de terrenos adequados em razão do aumento da demanda ou diminuição da oferta.

A conseqüente elevação dos preços de terrenos poderá aumentar o custo de vendas e diminuir os nossos ganhos, visto que poderá não ser possível transferir essa diferença de preço aos eventuais compradores de nossos empreendimentos. Assim, poderemos ter dificuldade em adquirir terrenos adequados por preços razoáveis no futuro, o que poderá nos afetar adversamente.

Podemos enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas. Possuímos receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os nossos negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como a nossos acionistas.

Caso as parcerias da Companhia não sejam bem sucedidas ou caso a Companhia não consiga manter um bom relacionamento com os seus sócios ou parceiros, seus negócios e operações podem ser afetados negativamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além das parcerias já formadas atualmente, caso surjam novas oportunidades, a Companhia poderá desenvolver novas parcerias com outras incorporadoras e construtoras com o objetivo de aumentar o número de empreendimentos em que participa, reduzir custos de aquisição de terrenos e diversificar a sua carteira de projetos. A manutenção de bom relacionamento com seus sócios/parceiros e com as incorporadoras e construtoras parceiras é condição essencial para o sucesso dessas parcerias. A Companhia não tem como assegurar que será capaz de manter o bom relacionamento com qualquer um de seus sócios e parceiros. Também não tem como assegurar que suas parcerias serão bem sucedidas e produzirão os resultados esperados. Problemas na manutenção de suas parcerias, bem como dificuldades de atender adequadamente às necessidades de seus clientes em razão do insucesso das mesmas, poderão afetar negativamente seus negócios, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transforma o modo pelo qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias podemos estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, embora a Companhia esteja trabalhando para implementar uma Política de Proteção de Dados, falhas no tratamento de dados pessoais bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente nossa reputação e nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossas ações.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias possuem um número reduzido de empregados próprios. A utilização de mão de obra terceirizada por parte das subsidiárias, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às tomadoras de serviços a responsabilidade subsidiária ou solidária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços. A Companhia, por sua vez, pode vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias, independentemente de ser assegurado à Companhia e as subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC/FGV e, após essa fase, o IGPM/FGV. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

Interpretação na aplicação da Legislação Tributária Brasileira.

A Companhia e as sociedades controladas e coligadas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis. A administração da Companhia efetua os julgamentos de acordo com a estratégia adotada para tributação dos negócios e, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamento.

Oferecemos financiamento a compradores de nossas unidades residenciais por meio de contrato de venda em parcelas que (i) durante a construção, são indexadas ao INCC, conforme medido pela FGV, e (ii) após a emissão do habite-se pela autoridade local, sofrem a incidência de juros e correção por índices diversos. Estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão desses financiamentos, como o risco de inadimplemento do principal e dos juros e o risco de aumento em nosso custo de captação de recursos, o que pode afetar adversamente nosso fluxo de caixa. Ademais, de acordo com a legislação brasileira, observadas algumas condições no caso de inadimplemento após a entrega, temos o direito de instituir ações judiciais para receber os valores devidos e retomar a posse da unidade do comprador inadimplente, mas a sentença definitiva em relação a tais ações leva, em geral, no mínimo dois anos para ser proferida e poderiam ser desfavoráveis a nós. Além disso, depois de recuperarmos a posse da unidade, normalmente a vendemos por um preço inferior ao previamente estabelecido no contrato de venda precedente. Assim sendo, não há garantia que conseguiremos recuperar o valor total em aberto nos termos de qualquer contrato de venda em prestações, caso o comprador fique inadimplente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. A Companhia adotou uma política de teletrabalho parcial para seus funcionários administrativos a fim de manter uma baixa ocupação das suas instalações físicas, além das demais medidas de prevenção como uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em gel. Essa política pode afetar nossa produtividade, ocasionar eventuais erros e atrasos nas nossas operações, bem como causar outras interrupções nos negócios.

Além disso, como resultado da desaceleração econômica no Brasil, nossos clientes podem renegociar acordos existentes, com possíveis aumentos de inadimplência, o que pode nos forçar a manter parte de nossos ativos sem ocupação e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID em nossas atividades, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 em nossos negócios. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios. Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia da COVID-19 ainda não estão totalmente dimensionados neste Formulário de Referência.

Por fim, mesmo após a diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam às nossas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios. Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

A não obtenção, atrasos, ou o cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar os nossos negócios.

A implementação dos nossos empreendimentos e projetos está condicionada à obtenção de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e alvarás está sujeita à outorga, pelas autoridades governamentais competentes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, atrasos, embargos ou cancelamentos dessas licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, poderá levar à interrupção ou cancelamento da implementação dos nossos empreendimentos e/ou projetos, o que poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre nossas atividades e negócios.

Uma relativa escassez de corretores imobiliários diante do volume de lançamentos pode implicar em dificuldades na mobilização comercial de nossos produtos.

Dependemos da atuação de corretores imobiliários para vender nossos imóveis comerciais e residenciais. Com o aumento do volume de lançamentos, caso haja uma escassez de corretores imobiliários ou caso tais corretores não sejam qualificados para vender de maneira satisfatória nossas construções, podemos ter dificuldade na mobilização comercial dos nossos produtos, gerando formação bruta de estoque, o que poderá impactar negativamente nossas operações.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores investirem em ações da Companhia, e de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado de ações brasileiro é significativamente mais concentrado do que maiores mercados de ações como, por exemplo, o dos Estados Unidos. Isto significa que uma grande parte dos volumes negociados gira em torno de poucos papéis. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações da Companhia pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

(b) com relação aos Acionistas Controladores da Companhia

Os interesses de nosso acionista controlador podem divergir dos interesses dos acionistas minoritários.

Nossos acionistas controladores têm poderes, entre outros, para eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, associações, cronograma de pagamento de dividendos, observadas as exigências de pagamento de dividendos impostas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nossos acionistas controladores podem ter interesse em viabilizar aquisições, alienações, associações, financiamentos ou operações semelhantes que podem divergir dos interesses de nossos acionistas minoritários, o que pode impactar adversamente a cotação das nossas ações e a nossa imagem.

(c) com relação aos acionistas

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais e poderemos optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de nosso capital

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

(d) com relação às controladas e coligadas da Companhia

Os nossos resultados dependem dos recursos disponibilizados por nossas subsidiárias, contudo, não podemos assegurar que estes recursos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que controla ou participa do capital de diversas outras sociedades do setor imobiliário. Nossa capacidade de cumprirmos com nossas obrigações financeiras e de pagarmos dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia. Algumas de nossas subsidiárias são sociedades de propósito específico (“SPEs”), que efetuam a incorporação imobiliária por meio de Patrimônio de Afetação e, por força dos requerimentos legais, tais sociedades não podem pagar dividendos, exceto se os recursos disponíveis sejam suficientes para o pagamento de todas as suas obrigações. Não há garantia de que tais recursos nos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

Eventual processo de liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Judiciário brasileiro ou os nossos próprios credores e/ou de empresas de nosso grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia e/ou empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os nossos acionistas poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do nosso grupo econômico

Participação da Companhia em SPEs poderá resultar em riscos adicionais.

Os investimentos da Companhia em SPEs com outros incorporadores imobiliários e construtoras incluem, dentre outros, o risco de os sócios da Companhia enfrentarem dificuldades financeiras, inclusive falência. De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de sócia das SPEs, pode se tornar responsável pelas obrigações das mesmas, especialmente com relação às obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor, o que pode afetá-la diretamente. Além disso, seus interesses econômicos e comerciais podem ser divergentes daqueles dos sócios, o que poderá demandar investimentos e serviços adicionais para a Companhia, afetando adversamente seus resultados.

(e) com relação aos fornecedores da Companhia

Aumentos no preço de matérias-primas podem elevar o custo de empreendimentos e reduzir os nossos lucros.

As matérias-primas básicas utilizadas por nós na construção de empreendimentos imobiliários podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos por nós celebrados, inclusive em virtude da ocorrência de alterações na legislação tributária e trabalhista, com a alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, o que pode causar uma diminuição na rentabilidade desses empreendimentos e conseqüentemente de nossa situação financeira. O custo dos prestadores de serviços, especialmente a mão de obra utilizada, também pode sofrer aumentos acima dos índices, levando à perda de margens de rentabilidade nos empreendimentos em que isso ocorrer.

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito adverso em nossa imagem e em nossos negócios e nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além de adquirir materiais de construção utilizados por nós na construção de empreendimentos imobiliários como concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, também terceirizamos parte dos serviços de construção de que necessitamos para desenvolver nossos empreendimentos. Deste modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais participamos dependem de fatores que estão fora do nosso controle como, por exemplo, a qualidade do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito negativo em nossa imagem e no nosso relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os nossos negócios e operações.

Adicionalmente, conforme o disposto no artigo 618 da Lei nº 10.406 do Código Civil, estamos obrigados a prestar garantia limitada ao prazo de cinco anos sobre defeitos estruturais em nossos empreendimentos e podemos vir a ser demandados com relação a tais garantias, o que poderá acarretar um efeito adverso para nós.

(f) com relação aos clientes da Companhia

A falta de disponibilidade de recursos para obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis em potencial para financiar suas aquisições.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para a obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições. Consequentemente, tal fato poderia causar uma redução da demanda pelos imóveis residenciais incorporados pela Companhia, afetando adversamente de forma significativa nossa condição financeira e resultados operacionais.

O desenvolvimento de atividades imobiliárias implica riscos normalmente associados à concessão de financiamentos.

Como é habitual entre as empresas do setor imobiliário, concedemos financiamentos a alguns dos compradores das unidades de nossos empreendimentos. Consequentemente, estamos sujeitos aos riscos inerentes a este negócio, incluindo o risco de inadimplência do principal e juros e o risco de aumento do custo dos recursos por nós captados. Os contratos de venda a prazo celebrados por nós preveem a atualização monetária pelo INCC ou IGPM (se o imóvel está na planta ou pronto respectivamente), além da incidência da taxa de juros calculada pelo sistema *price* de amortização se financiado diretamente com a Companhia.

Caso haja um aumento da inflação, o endividamento dos nossos clientes, decorrente da celebração de contratos de venda a prazo, tende a aumentar, ocasionando, assim, um possível crescimento do índice de inadimplência. Caso isso venha a ocorrer, nosso fluxo de caixa poderá ser adversamente afetado. Atualmente não temos financiamento direto com clientes, mas em havendo, a legislação brasileira garante o direito de promover ação de cobrança, tendo por objeto os valores devidos, e a consequente retomada da unidade (em virtude da alienação fiduciária) do comprador inadimplente, observados os prazos e procedimentos judiciais. O resultado da referida ação costuma levar pelo menos um ano e, portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não podemos assegurar que seremos capazes de reaver o valor total do saldo devedor, uma vez que geralmente revendemos a unidade por preço inferior ao anteriormente estabelecido.

Estamos sujeitos a distratos imobiliários, o que pode impactar negativamente nossa receita.

Nossos clientes têm a opção de realizar o cancelamento da venda (distrato), ou seja, o cliente pode optar por não continuar com a unidade comprada devolvendo-a para nós, situação na qual o cliente receberá até 75% do valor pago, a depender da Afetação do Patrimônio. Por consequência dos distratos, deverá ser reconhecida baixa em potencial recebível futuro, o que poderá impactar diretamente a nossa receita e a geração de caixa e prejudicar a rentabilidade e o nível de lucro dos nossos empreendimentos. Adicionalmente ao retorno da unidade para o estoque, podemos ter que incorrer com despesas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comerciais adicionais para revendê-la e, no caso de uma unidade pronta, com gastos com manutenção, condomínio e IPTU, impactando negativamente o nosso fluxo de caixa.

(g) com relação aos setores da economia em que a Companhia atua

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e podemos perder nossa posição no mercado em certas circunstâncias.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e fragmentado, não existindo grandes barreiras que restrinjam o ingresso de novos concorrentes no mercado. Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e parcerias com incorporadores e construtores locais. Uma série de incorporadores residenciais e companhias de serviços imobiliários concorrem conosco (i) na aquisição de terrenos, (ii) na busca de parceiros para incorporação, (iii) na tomada de recursos financeiros para incorporação e (iv) na busca de compradores de imóveis em potencial. Outras companhias, inclusive estrangeiras, em alianças com parceiros locais, podem passar a atuar fortemente no mercado de incorporação imobiliária no Brasil, aumentando ainda mais a concorrência, o que poderia prejudicar a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, causando, ainda, a perda de nossa posição no mercado. Na medida em que um ou mais dos nossos concorrentes iniciem uma campanha de marketing ou venda bem-sucedida e, em decorrência disso, suas vendas aumentem de maneira significativa, nossas atividades podem vir a ser afetadas adversamente de maneira relevante. Se não formos capazes de responder a tais pressões de modo imediato e adequado, a demanda por nossas unidades imobiliárias pode diminuir, prejudicando de maneira relevante nossa situação financeira e resultados operacionais.

Eventual alteração das condições de mercado poderá prejudicar nossa capacidade de vender nossos empreendimentos e unidades disponíveis pelos preços previstos, reduzindo nossas margens de lucro, o que poderá afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos.

No desenvolvimento de nossas atividades constantemente localizamos e adquirimos novos terrenos para implantar nossos empreendimentos. O intervalo entre a data em qual adquirimos um terreno para incorporação e a data de entrega do empreendimento aos clientes varia conforme o empreendimento. Existe o risco de declínio da demanda por unidades, do aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, do aumento das taxas de juros, de flutuação das moedas e da ocorrência de incertezas políticas e econômicas durante esse período, bem como o risco de não vender unidades por preços ou margens de lucro previstos ou mesmo nos prazos previstos.

Apesar desses riscos, as despesas significativas relativas ao investimento imobiliário, como custos de manutenção, construção e pagamentos de dívidas, não podem ser reduzidas. Consequentemente, o valor de mercado de unidades disponíveis em estoque, terrenos não incorporados e locais para incorporação residencial podem flutuar significativamente devido às alterações das condições de mercado. Além disso, os custos de manutenção de unidades em estoque (inclusive juros sobre recursos não utilizados para aquisição de terrenos ou incorporação residencial) poderão ser significativos e prejudicar nosso desempenho. Em razão desses fatores, podemos ser forçados a vender unidades residenciais ou outros imóveis com prejuízo ou por preços que gerem margens de lucro mais baixas do que às originalmente previstas, bem como, poderemos ser obrigados a reduzir substancialmente o valor contábil de nossos ativos imobiliários em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Todos estes eventos poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e o preço dos valores mobiliários por nós emitidos.

Desastres relacionados à saúde podem prejudicar a capacidade da Companhia em realizar seus objetivos de negócio.

A Companhia está sujeita a riscos que afetem a economia nacional em geral, abrangendo inclusive cenário de pandemias mundiais, o qual nos encontramos atualmente devido ao alastramento da pandemia do COVID-19.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia, que tem atuação no Estado de São Paulo, segue todas as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em cada uma de suas unidades para contenção do COVID-19.

Tal evento poder vir a nos impactar no declínio da demanda por unidades, no aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, no aumento das taxas de juros e na venda de unidades por preços, margens de lucro ou prazos fora do previsto.

Estamos expostos a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis.

Nós nos dedicamos à incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais e pretendemos continuar desenvolvendo tais atividades. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves, escassez de mão de obra qualificada e regulamentos ambientais e de zoneamento, nossas atividades são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- podemos ser impedidos no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou de condições de mercado, de corrigir monetariamente nossos recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores em um novo projeto lançado ou o preço de venda por Unidade necessário para vender todas as unidades podem ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;
- o grau de desinteresse ou impossibilidade dos compradores em manter a aquisição da unidade em função de desemprego, problemas pessoais de saúde, alteração de estado civil, alteração de preço de imóveis da concorrência na mesma região, pode levar o projeto a perder quantidade significativa de vendas até a data prevista da entrega de chaves, fazendo com que o projeto gere quantidade menor de caixa do que o esperado;
- na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor;
- somos afetados pelas condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta de espaço para imóveis, a escassez de terrenos em certas regiões ou o aumento significativo do custo na aquisição de terrenos;
- corremos o risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das nossas propriedades e das áreas onde estão localizadas;
- nossas margens de lucros podem ser afetadas em função de aumento nos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmios de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
- as oportunidades de incorporação podem diminuir;
- a construção e a venda das unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando um aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda;
- eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”) pode reduzir a oferta de financiamento aos nossos clientes; e
- a queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em nosso estoque antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a nossa incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações.

A ocorrência de quaisquer dos riscos acima pode causar um efeito material adverso na nossa condição financeira e resultados operacionais.

Também dependemos significativamente do valor das unidades concedidas em alienação fiduciária aos bancos financiadores nos financiamentos que concedemos para minimizar o nosso risco de inadimplência. Desta forma, caso o imóvel concedido em garantia sofra desvalorização a níveis mais baixos do que o saldo a receber do cliente, nossa exposição ao risco de inadimplência pode aumentar, afetando a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito

De acordo com a versão mais atual do Relatório de Economia Bancária, publicado pelo Banco Central do Brasil em 2019, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 78,9% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 60%.

Mais especificamente em relação ao mercado imobiliário, em operações de crédito imobiliário, somadas as operações de pessoa física e jurídica, os cinco maiores bancos brasileiros foram responsáveis por 98,4% do mercado, com ampla vantagem para a Caixa Econômica Federal, com participação de 70%. Para referência de magnitude, as vendas enquadradas no programa “Minha Casa Minha Vida” representaram 12,5% das vendas brutas realizadas durante 2019.

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre o spread bancário e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar nossa capacidade de financiamento ou de nossos clientes.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC e, após essa fase, o IGPM. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

(h) com relação à regulação do setor de atuação

Alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a nossa carga tributária, e conseqüentemente, impactar adversamente os nossos resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a nossa carga tributária e de nossos usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as nossas obrigações fiscais totais, o que, por sua vez, afetaria adversamente nossos resultados operacionais. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às nossas tarifas em valores suficientes e prazo hábil, os nossos resultados operacionais e nossa condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

Nossas atividades estão sujeitas à extensa regulamentação, o que pode vir a aumentar o nosso custo e limitar o nosso desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as nossas atividades.

O setor imobiliário brasileiro está sujeito à extensa regulamentação relativa a edificações, zoneamento e loteamentos, expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam a aquisição de terrenos e as atividades de incorporação imobiliária e construção, através da necessidade de obtenção de licenças. Somos obrigados a obter aprovação de várias autoridades governamentais para desenvolvermos a nossa atividade de incorporação imobiliária, podendo novas leis ou regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Nossas operações também estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que incorramos em custos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis. As leis que regem o setor imobiliário brasileiro tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente e de maneira relevante os nossos resultados operacionais.

(i) **com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua**

Atualmente a Companhia não possui nenhuma operação em outros países que não o Brasil.

(j) **com relação a questões socioambientais**

As propriedades adquiridas e nossas atividades de negócio podem nos expor a riscos ambientais e, por consequência, podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

A aquisição de propriedades e nossas atividades de negócio podem nos sujeitar a diversas obrigações, inclusive de caráter ambiental. Nossas despesas operacionais podem ser maiores do que as estimadas devido aos custos relativos ao cumprimento das leis e regulamentações ambientais existentes e futuras. Adicionalmente, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, podemos ser considerados proprietários ou operadores de propriedades potencialmente contaminadas ou sermos obrigados a providenciar a remoção ou o tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas em desacordo com a legislação aplicável existentes em tais propriedades. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelos custos de remoção ou tratamento de determinadas substâncias nocivas em nossas propriedades. Podemos incorrer em tais custos, os quais podem afetar nossos negócios, resultados operacionais e imagem de forma negativa.

Regulamentação ambiental que a Companhia está sujeita.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis.

As leis que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis ambientais, tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, existe a possibilidade das leis de zoneamento urbano e proteção ambiental serem alteradas após a aquisição de um terreno e antes do desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que trará atrasos e modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado, resultando em num efeito adverso para os negócios da Companhia e resultados estimados. Fatores como a identificação de contaminação ambiental do solo e/ou águas subterrâneas nos nossos terrenos dos empreendimentos, em implantação ou já comercializados, são de nossa responsabilidade direta ou indireta e são capazes de ensejar futuros dispêndios com investigação, monitoramento ou remediação.

Vale ressaltar que antes da finalização da compra dos terrenos são realizadas investigações e estudos sobre o lote, visando obter a percepção de prazo e quantia financeira que a Companhia utilizará para estes assuntos e que deverá ser considerada no estudo de viabilidade de determinado terreno.

Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados por eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude de terceirização de execução de tarefas de nossa responsabilidade, tais como disposição final de resíduos e supressão de vegetação. A ocorrência desses eventos poderá causar impacto negativo em nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. A fim de mitigar esse risco, a Companhia atua de maneira direta no acompanhamento e atendimentos dessas etapas, com controles rígidos e devidas licenças para sua execução.

(k) **com relação ao ambiente macroeconômico**

A instabilidade política pode prejudicar os nossos resultados operacionais.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores. Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. As questões que vêm e podem vir a surgir como resultado ou em conexão com várias investigações recentes relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil, a maior delas conhecida como Lava-Jato que afetou negativamente a economia, os mercados e os preços de negociação brasileiros de títulos emitidos por emissores brasileiros. Entendemos que tais impactos negativos possam continuar em um futuro próximo e enquanto essas investigações estiverem em andamento.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores, ocorreu em outubro de 2018, o que trouxe volatilidade significativa nas taxas de câmbio, juros e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Incertezas sobre medidas do Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os nossos negócios e/ou resultados operacionais. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o novo governo irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira. Adicionalmente, o recente impasse entre o novo governo e o Congresso tem gerado incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das nossas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação da SELIC e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa na taxa SELIC, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nossos resultados.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2017, o Real se desvalorizou frente ao Dólar em 1,8%, fechando o exercício em R\$3,31. Em 29 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,88 e aumentou para R\$ 4,05 no final de 2019. Em 2020 estava R\$5,19. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB-negativo para BB-positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB-positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para BB-, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, o aumento da dívida pública e a incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com o novo Governo Federal eleito, sendo certo também que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir de 2019.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é baixa (categoria de especulação) conforme classificação pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Conseqüentemente, os preços

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar nossos negócios

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas. Nesse sentido, não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, bem como nossas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para nossos resultados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Considerando-se o longo período para a conclusão de um projeto, a Companhia pode enfrentar desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política que podem afetar sua capacidade de concluir projetos com sucesso.

Um projeto de incorporação imobiliária pode levar até aproximadamente 48 meses para ser finalizado (prazo de construção, que pode variar a depender da complexidade do projeto), dependendo do tipo de produto. Durante esse período, poderá haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política que podem resultar em efeitos adversos nos hábitos do consumidor, nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais, bem como outros fatores que afetam a Companhia, assim como ao mercado imobiliário em geral. Despesas significativas associadas aos investimentos imobiliários, como custos de manutenção, custos de construção e pagamento de dívidas, geralmente não poderão ser reduzidas caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes dos produtos da Companhia. Embora as condições do mercado imobiliário tenham, de um modo geral, sido favoráveis, a demanda contínua por seus empreendimentos depende de expectativas a longo prazo em termos de crescimento econômico e emprego. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou caso ocorra recessão na economia, a rentabilidade da Companhia pode ser adversamente afetada.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado das ações da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam em alterações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante por tais modificações. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e o valor de mercado de suas ações.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e o valor de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas e todo efeito causado pela pandemia mundial do “COVID-19”, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que pode aumentar seus custos e diminuir sua margem operacional líquida.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxa de juros

Os resultados financeiros da Companhia são influenciados por variações nas taxas de juros, uma vez que essas variações têm impacto: (i) sobre as vendas dos imóveis e os repasses dos clientes aos bancos; (ii) sobre despesas de juros incorridas com instrumentos de dívida remuneradas a taxas de juros variáveis, (iii) sobre contratos de compra e venda indexados a taxas de juros variáveis; e (iv) sobre as receitas de juros geradas dos nossos saldos de caixa e investimento. Em relação ao endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 87,1 milhões em dívidas. O saldo de financiamentos em moeda nacional, que se refere integralmente a financiamentos à construção pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), representava 12,4% do total da dívida (sem juros a pagar) ou R\$ 10,8 milhões. O financiamento à construção tomado com o SFH é remunerado a taxa média ponderada de TR + 8,95% a.a. O montante restante da dívida total é indexado a taxas flutuantes de juros indexadas ao CDI e, desta forma, à medida que o CDI se altera (para cima ou para baixo), a Companhia experimenta um impacto direto em suas despesas financeiras.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI e INCC vigentes em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável, cenário crescente e cenário decrescente para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	POSIÇÃO	RISCO	CENÁRIO DECRESCENTE		CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO CRESCENTE	
			-50%	-25%		25%	50%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS POSIÇÃO CONTÁBIL	2021	CDI (aa)	4,63% 25.176	6,94% 24.566	9,25% 26.397	11,56% 29.449	13,88% 30.060
CONTAS A RECEBER EM IMOVEIS EM CONSTRUÇÃO POSIÇÃO CONTÁBIL	2021	INCC-M (am)	6,50% 18.053	9,75% 17.425	13,00% 19.308	16,25% 22.446	19,50% 23.073
EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS POSIÇÃO CONTÁBIL	2021	CDI (aa.)	3,88% 83.722	5,81% 82.034	7,75% 87.097	9,69% 95.535	11,63% 97.222

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2022, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 0240749-28.2007.8.26.0100 - Ação de Indenização	
a. Juízo	11ª Vara Cível de São Paulo Capital
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	28/11/2007
d. Partes no processo	Autor: Condomínio Lindenberg Light Joaquim Antunes – Ré – Construtora Adolpho Lindenberg S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7.216.776,59
f. Principais fatos	À presente demanda diz respeito a pretensão do Condomínio Lindenberg Light Joaquim Antunes contra a Companhia para exigir o reparo em infiltrações nos subsolos, profundidade da piscina e indenização pelas vagas de garagem. O último pedido é materialmente relevante. A questão cinge-se na aplicação (ou não) da tolerância legal de 5% sobre o tamanho das vagas. Em 1ª instância a sentença foi favorável à Companhia e em 2ª instância favorável ao Condomínio. Aguarda-se agora decisão de Recurso Especial conclusos desde 02/04/2020.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0002607-44.2009.8.26.0301- Ação Civil Pública	
a. Juízo	Vara Cível de Atibaia/SP
b. Instância	Recursal
c. Data de instauração	10/11/2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público de São Paulo Réis 1) Prefeitura Municipal de Jarinú; 2) Terra Azul Marketing Imobiliário Ltda; – 3) <u>Construtora Adolpho Lindenberg S/A</u> ; 4) Fernandez Mera Negócios Imobiliários; 5) Lexus Consultoria Imobiliária Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7.293.627,76
f. Principais fatos	Busca o MP a declaração de nulidade absoluta do alvará de aprovação expedido pela Prefeitura do Município de Jarinu em 26 de setembro de 1.974, que autorizou a implantação do loteamento Palomino Valley (depois denominado Cenarium), nas áreas objeto das transcrições imobiliárias n. 33.733, 36.733 e 45.543 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia. Em consequência da nulidade almejada, pretende ainda o MP o cancelamento do registro imobiliário e o desfazimento do loteamento com a recomposição da gleba ao seu estado primitivo, a indenização por danos ambientais irrecuperáveis e a integral indenização dos adquirentes dos lotes. A Companhia foi contratada pela co Ré Terra Azul para prestar serviços de assessoramento na elaboração de projetos arquitetônicos relativos à portaria, stand de vendas, e clube e área de lazer e que, portanto, não praticou ato danoso ao meio ambiente – inexistente nexos causal entre as atividades prestadas e danos causados, não sendo a Companhia proprietária dos imóveis. Sentença proferida em 05/05/2015 dando parcial provimento ao pedido, restando à Companhia apenas a obrigação de não fazer (não promover ou intermediar vendas), o que nunca foi feito por ela. Ministério Público apelou e o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, de ofício, anulou a sentença e determinou a inclusão dos adquirentes no polo passivo da demanda, na qualidade de litisconsortes necessários. Do referido acórdão o Ministério Público do Estado de São Paulo interpôs recurso especial, que concluiu pelo provimento do aludido recurso, por considerar que os adquirentes não são litisconsortes passivos necessários. Em vista do julgamento do Superior Tribunal de Justiça, acima mencionado, atualmente se aguarda a remessa dos autos da vara de origem (comarca de Jarinu) para o Tribunal de Justiça de São Paulo, para julgamento das apelações interpostas pelo Ministério Público e Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Trabalhistas

Processo n. 0011567-30.2017.5.15.0021 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	Trabalhista – 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	14/07/2010
d. Partes no processo	Reclamante: J. E. B. E. B. Reclamadas: 1ª Nabi Andrade Construção Civil LTDA / 2ª LDI - Desenvolvimento Imobiliário S.A. / 3ª EZ TEC Empreendimentos e Participações LTDA / 4ª Phaser Incorporação SPE S.A. / 5ª Brasilimo - Empreendimentos Imobiliários LTDA / 6ª BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE II S.A (neste caso o reclamante indica a dona da obra e suas sócias no polo passivo, mas a Companhia assume a contingência trabalhista por obrigação assumida contratualmente)
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$ 107.994,04
f. Principais Fatos	Reclamante requer Horas extras e reflexos, adicional de insalubridade e reflexos, verbas rescisórias, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, FGTS+40%, indenização de gastos com advogado. A Companhia responde na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª reclamada no período de 13/01/2014 até 18/08/2016. Audiência de instrução designada para o dia 07/12/2020- Redesignada para o dia 02/09/2021.
g. Probabilidade de perda	Possível
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

Processo n. 1001087-02.2018.5.02.0603 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de São Paulo- Zona Leste
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	25/07/2018
d. Partes no processo	Reclamante: C. C. M. Reclamadas: 1) Nabi; 2) Adolpho Lindenberg; 3) LDI; 4) Ez Tec; 5) Phaser; 6) Arapanes;
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$ 465.358,66
f. Principais Fatos	Reclamante requer verbas rescisórias, horas extras e reflexos, FGTS+40%, indenização dos valores correspondentes aos lanches da tarde, indenização dos valores correspondentes as diferenças dos vales transportes. A Companhia foi incluída no polo passivo na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª no período de 12/2013 até 06/2014, 07/2014 até 06/2015 e 07/2015 até 05/2016.
g. Probabilidade de perda	Provável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 1001087-02.2018.5.02.0603 (Reclamação Trabalhista)	
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

Processo n. 1002115-66.2017.5.02.0012 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	13ª Vara do Trabalho de São Paulo- Zona Leste
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	23/11/2017
d. Partes no processo	Reclamante: A. N. P. R. Reclamadas: 1) NABI; 2) Adolpho Lindenberg; 3) LDI; 4) EZ TEC; 5) Phaser; 6) Brasilimo; 7) BVEP;
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$ 523.259,75
f. Principais Fatos	Reclamante requer verbas rescisórias, FGTS+40%, horas extras e reflexos, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, diferenças dos vales transportes, indenização correspondente aos lanches das tardes, indenização correspondente as diferenças dos almoços e/ou tíquetes refeições, indenização dos valores correspondentes as diferenças das jantas (segunda refeição) e/ou tíquetes refeições. A Companhia foi incluída no polo passivo na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª no período de 07/2013 até 06/2014, 07/2014 até 06/2015 e 07/2015 até 05/2016.
g. Probabilidade de perda	Provável
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

Processo n. 1000505-79.2017.5.02.0039 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	4ª Vara do Trabalho de Osasco
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	29/03/2017
d. Partes no processo	Reclamante: J. F. V. L. Reclamadas: 1) NABI; 2) Ez Tec; 3) Adolpho Lindenberg;
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$ 507.949,68
f. Principais Fatos	Reclamante requer Decretação da nulidade da transação extrajudicial, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimento do vínculo empregatício durante todo o pacto laboral, Condenação no pagamento das verbas atinentes ao período laborado sem os devidos registros em CTPS, DSR, integração dos valores pagos por fora, horas extras, intervalo intrajornada, condenação de 15 minutos diários, multa do artigo 477 da CLT, FGTS + 40%, danos morais, vale cultura, indenização por dispensa, prevista no artigo 9º da Lei 7238/84, Pagamento das perdas e danos.. A Companhia foi incluída no polo passivo na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª no período de 02/09/2013 até 31/03/2015.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 1000505-79.2017.5.02.0039 (Reclamação Trabalhista)	
g. Probabilidade de perda	Provável
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Item não aplicável a Companhia.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia e as suas controladas não são partes em processos sigilosos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Processos Fiscais	
Valores Envolvidos	R\$1.145.251,00
Prática que causou tal contingência	Imóveis vendidos com posse outorgada sem os devidos registros nas respectivas matrículas, prática comum do mercado imobiliário no passado. Atualmente, todas as vendas são escrituradas e registradas. Por cautela a Companhia provisiona os processos prováveis, pois considera-se que o próprio imóvel é garantia do pagamento da dívida, em no pior cenário, a Companhia tem direito de regresso contra o comprador/possuidor do imóvel.

Processos Trabalhistas	
Valores Envolvidos	R\$9.255.981,00
Prática que causou tal contingência	A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços é atribuída por lei, a convenção coletiva da Construção Civil em São Paulo atribui ainda a responsabilidade solidária, assim, o volume de ações trabalhistas decorre da lei e não de uma prática da Companhia. Como prática, a Companhia mantém cauções em dinheiro oriundas de retenção contratual no percentual de 5% sobre todos os valores faturados por seus empreiteiros/prestadores de serviços a fim de fazer frente a essa contingência quando e se necessário.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens 4.3 e 4.6.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

- b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo**
- i. Os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. Os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

- c) **A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica, a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

- i. Riscos para os quais se busca proteção
- ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)
- iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos
- v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza nenhum instrumento derivativo ou financeiro para proteção patrimonial, mas destaca o esforço periódico da diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisam, conjuntamente, a adequação das operações da Companhia como estratégia de proteção patrimonial.

Em relação ao risco de crédito, a Companhia entende que não há concentração de risco de crédito relevante associado a clientes, uma vez que a Companhia faz a análise de crédito prévio e não há clientes que possuam representatividade relevante sobre a receita.

Em relação ao risco de liquidez, a Administração monitora constantemente a liquidez da Companhia e tem como plano de ação a busca de investidores financeiros parceiros para participar em conjunto dos empreendimentos imobiliários. Além disso, a Companhia tem como alternativa, caso necessário, a busca por financiamento bancário para os empreendimentos.

Em relação ao risco da taxa de juros, o saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado, que indexam o saldo devedor dos clientes até o término da obra, resguardando a Companhia de oscilações. Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica, a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Adicionalmente a Companhia adota como prática a elaboração dos processos críticos a fim de formalizar as principais atividades que envolvem os departamentos administrativos e operacionais. A formalização é realizada através de elaboração de fluxograma, descrição analítica dos processos e treinamentos internos. Este processo visa garantir a eficiência nas operações realizadas pela Companhia a fim de mitigar e corrigir possíveis imperfeições.

Anualmente os auditores externos realizam testes substantivos a fim de se certificar de que os controles internos da Companhia estão aderentes e de acordo com os padrões de eficiência necessários para assegurar que as informações contidas nas demonstrações financeiras atendem os padrões de controles internos e está de acordo com a legislação vigente.

Diante disso, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Os departamentos envolvidos na elaboração de demonstrações financeiras são: Contábil, Planejamento Financeiro e Jurídico.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são revisados pela área de Qualidade e sempre que é identificada alguma inconsistência ou melhoria é submetido a atualização pela área responsável. Gerente de Qualidade/Diretoria

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
 - ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia aprovou, em 11 de fevereiro de 2021, um Programa de Integridade formado, em especial, pelos seguintes documentos:

- (i) Código de Conduta e Ética
- (ii) Política de Segurança da Informação
- (iii) Política de Brindes e Hospitalidades
- (iv) Política de Reembolso
- (v) Procedimento de Due Diligence
- (vi) Procedimento de Investigações Internas – Compliance
- (vii) Procedimento de Investigações Internas – Funcionários
- (viii) Medidas Disciplinares – Funcionários
- (ix) Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio

O Código de Conduta e Ética está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/investidores>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, incluindo diretores, conselheiros, empregados, estagiários e aprendizes, cabendo a todos os colaboradores garantir que o Código seja transmitido a todos os parceiros, clientes, fornecedores ou demais terceiros com quem a Companhia possui negócios.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

No momento da contratação, os novos colaboradores recebem o Código de Conduta e devem se comprometer a zelar por sua aplicação e observância. A Companhia fornecerá treinamentos anuais sobre o Código de Conduta, conforme previsto no próprio documento.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Dentre os documentos aprovados no âmbito do Programa de Compliance estão as Medidas Disciplinares – Funcionários e as Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio. Tais documentos estabelecem diretrizes para o processo de definição de medidas disciplinares aplicáveis em casos de desvios de conduta identificados nas políticas internas da Companhia e nas legislações aplicáveis e as medidas disciplinares serão aplicadas caso a caso, conforme avaliação de gravidade da infração

As sanções aplicáveis são:

- **Aviso:** ocorre quando o líder imediato verbalmente chama a atenção do colaborador sobre seu comportamento ou atitude inadequada.

5.4 - Programa de Integridade

- **Advertência:** registro formal da ocorrência e da aplicação da advertência, mantendo o documento no prontuário do profissional. Pode ser verbal ou formal, em ambos os casos deve haver o registro. A recusa do colaborador em assinar ou receber a advertência não implica que ela não tenha sido feita.
- **Suspensão:** afastamento do colaborador das suas atividades, sem remuneração. Pode variar entre um até três dias úteis não podendo ocorrer em finais de semana, feriados ou folgas.
- **Desligamento:** é motivada pela reincidência de várias faltas praticadas ou pela ocorrência de falta disciplinar grave que resulte em perda da confiança no colaborador.
- **Desligamento por justa causa:** motivada pela ocorrência de falta disciplinar grave, devidamente comprovada e documentada.
- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2021 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

- b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Para realizar denúncias de possível irregularidade no cumprimento do Código de Conduta e Ética da Construtora Adolpho Lindenberg, o colaborador deverá utilizar o e-mail compliance@lindenberg.com.br. Além disso, as denúncias podem ser comunicadas diretamente para área de Compliance.

Os denunciante são protegidos pela empresa de retaliação, intimidação ou discriminação, incluindo ação disciplinar, retenção ou suspensão de pagamentos de salários. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada.

Após o recebimento do relato da ocorrência, a área de Compliance fará as entrevistas iniciais para levantamento de dados e compreensão do caso, realizará o procedimento investigativo, incluindo conversa com possíveis testemunhas, e elaborará um relatório, contendo o relato original e provas recolhidas, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investigações Internas.

Toda investigação será sempre sigilosa, cabendo ao condutor zelar pela confidencialidade das informações. Somente devem tomar conhecimento do conteúdo e do desenrolar das apurações o RH Corporativo e a área de Compliance.

- c) **Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

Sim, a Companhia realiza auditoria legal, geralmente por escritório externo.

- d) **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

A Companhia adotou um Programa de Integridade com seu Código de Conduta e Ética.

5.5 - Alterações significativas

Quanto às alterações na política de gerenciamento de riscos, vale destacar que, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, buscando promover a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, criou um Programa de Integridade balizado nos seguintes documentos

- (i) Código de Conduta e Ética
- (ii) Política de Segurança da Informação
- (iii) Política de Brindes e Hospitalidades
- (iv) Política de Reembolso
- (v) Procedimento de Due Diligence
- (vi) Procedimento de Investigações Internas – Compliance
- (vii) Procedimento de Investigações Internas – Funcionários
- (viii) (Medidas Disciplinares – Funcionários
- (ix) Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

Com mais de 67 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Em 2004 a Companhia passou a atuar em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 milhões o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011. Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

O resultado do exercício social de 2015 foi positivo, tendo a Companhia distribuído dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro

6.3 - Breve Histórico

reais e sessenta e quatro centavos) e aumentado o capital social em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, totalizando R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 22 de março de 2016.

O resultado do exercício social de 2016 foi positivo, embora tenha representado uma queda expressiva se comparado com o último exercício. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e dois reais) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizado em 22 de março de 2017.

O resultado do exercício social de 2017 foi positivo. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$1.093.392,12 (um milhão, noventa e três mil, trezentos e noventa e dois e reais e doze centavos) aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizado em 23 de abril de 2018.

O resultado exercício social de 2018, embora menor, permitiu a distribuição de dividendos no valor total de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos) distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo, nos termos do Artigo 5º, §3º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia.

Em abril de 2019, a então acionista controladora da Companhia LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. transferiu a totalidade da sua participação para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a deter 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia. O controle indireto não mudou pois permanece com os Srs. Adolpho Lindenberg Filho e Flávio Haddad Buazar. No exercício de 2019, a Companhia apurou um prejuízo no montante de R\$24.666.417,82 que foi destinado à absorção de prejuízos acumulados em Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2020, em conformidade com o artigo 187 da Lei das S.A.

Em 2020, a Companhia lançou 4 empreendimentos, gerando um total de vendas líquidas de R\$199,3 milhões, sendo R\$68,8 milhões na participação da Construtora Adolpho Lindenberg. A Companhia encerrou o exercício social de 2020 com o resultado positivo de R\$1.944.983,65, refletindo a retomada dos lançamentos e início de obras, que foi absorvido pelo prejuízo acumulado. Portanto, a Companhia não distribuiu lucros e dividendos. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram afetadas diretamente pelo cenário econômico e da pandemia do Covid-19. Por outro lado, a Companhia tomou medidas preventivas para geração de maior liquidez no caixa para superar um cenário econômico futuro mais incerto e desafiador.

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia para o ano de 2021, a Construtora Adolpho Lindenberg lançou 2 empreendimentos, gerando um total de vendas líquidas de R\$402,3 milhões, sendo R\$145,0 milhões na participação da Companhia. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2020 com o resultado positivo de R\$ 7.466.878,93, que confirmam o planejamento definido em 2019 e que, apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelo cenário político-econômico como pelas questões sanitárias relativas à pandemia, reforçam a capacidade de execução e adaptação da Companhia. A Construtora Adolpho Lindenberg distribuiu dividendos no valor total de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 04 de abril de 2022.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

A Companhia informa que não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos 3 anos.

6.6 - Outras Informações Relevantes

A Companhia informa que não existe outras informações relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Objeto Social

O objeto social da Companhia e suas controladas, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda; (iv) adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

Atividade do emissor e suas controladas

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço por empreitada ou administração, gerenciamento da obra e execução e acompanhamento dos serviços relativos à assistência técnica. E através do desenvolvimento e incorporação imobiliária, realiza vendas de unidades residenciais de alto e médio padrão.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A Companhia informa que não atua em sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil e venda de unidades autônomas de médio e alto padrão.

a) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	2021	% Rec. Líq.	2020	% Rec. Líq.	2019	% Rec. Líq.
Receita de prestação de serviços	19.460	27%	6.668	22%	4.497	110%
Receita da venda de unidades imobiliárias	64.515	88%	26.248	87%	94	2%
Impostos incidentes sobre a receita	(10.972)	-15%	(2.877)	-10%	(515)	-13%
Total Receita Operacional Líquida	73.003	100%	30.039	100%	4.076	100%

As deduções sobre a receita bruta incluem o total dos impostos incidentes sobre as receitas de serviços e venda de imóveis. Por este motivo, a composição do percentual das receitas da Companhia por segmento econômico em relação à receita líquida apresenta valor superior a cem por cento, quando somadas.

b) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base em vendas de imóveis e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações. A Companhia desenvolve suas operações exclusivamente em território nacional e, devido às características do negócio não existe concentração de prestação de serviços em determinados clientes.

Resultado Operacional por Segmento	2021			2020			2019		
	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado
Receita operacional bruta	19.688	64.287	83.796	6.065	26.851	32.916	4.391	199	4.591
(-) Deduções	(2.181)	(8.791)	(10.972)	(676)	(2.201)	(2.877)	(539)	24	(515)
Receita líquida	17.507	55.496	73.003	5.389	24.650	30.039	3.852	223	4.076
Custos	(9.774)	(37.580)	(47.355)	(7.026)	(17.490)	(24.516)	(6.971)	(76)	(7.047)
Despesas operacionais	(23.453)	(2.277)	(25.730)	(2.864)	(1.124)	(3.988)	(10.627)	(13.236)	(23.863)
Equivalência patrimonial	(5.521)	17.388	11.867	0	2.290	2.290	0	1.214	1.214
Resultado financeiro	(1.501)	(1.657)	(3.157)	66	(1.272)	(1.206)	571	366	937
Imposto de renda e contribuição social	(160)	(1.001)	(1.161)	0	(676)	(676)	0	18	18
Lucro (prejuízo) líquido	(22.902)	30.369	7.467	(4.435)	6.378	1.943	(13.175)	(11.491)	(24.666)
Ativo total consolidado	54.451	135.824	190.275	14.344	110.354	124.698	7.703	72.169	79.872
Passivo total consolidado	80.235	100.879	181.114	4.734	116.662	121.396	6.062	72.451	78.513
Patrimônio líquido	(25.784)	34.945	9.161	9.610	(6.308)	3.302	1.641	(282)	1.359

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produção / Comercialização / Mercados

a) Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1967, a Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos, a Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispondo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteira deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, seguindo as medidas do Governo Federal, Estadual e Prefeituras, além das recomendações da Secretaria do Trabalho, Ministério da Economia, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde, de prevenção e disseminação do vírus Covid-19, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

c) Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e parcerias com incorporadores.

d) Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho de programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Atualmente, em todas as praças em que atuamos, temos mais de 134 clientes ativos, considerando os contratos ativos de clientes que compraram nossas unidades e que estão dentro do prazo de 5 anos de garantia após o habite-se, divididos entre nossas atividades de incorporação e de serviços de construção. Os clientes de incorporação são todos aqueles que adquirem unidades dos nossos empreendimentos incorporados.

Os clientes de serviços de construção são as empresas, das quais são incorporadoras que não constroem seus próprios projetos. Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum dos nossos clientes, individualmente, concentra participação relevante da nossa receita operacional líquida, nos segmentos de incorporação residencial ou serviços de construção no exercício social de 2021 conforme quadro abaixo.

Receita Operacional Bruta (Em milhares de Reais - R\$)	2021	% Rec. Líq.	2020	% Rec. Líq.	2019	% Rec. Líq.
Receita de prestação de serviços	19.460	23%	32.916	100%	632	14%
Receita da venda de unidades imobiliárias	64.515	77%	0	0%	0	0%
Grupo Lar Participações Ltda.	0	0%	0	0%	2.355	51%
Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.	0	0%	0	0%	1.603	35%
Total Receita Operacional Bruta por cliente	83.975	100%	32.916	100%	4.590	100%

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Estas receitas advêm da venda de unidades autônomas, da prestação de serviços de construção e mão de obra e do gerenciamento das obras, vide item acima.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- a) **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

- b) **Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

- c) **Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

A Companhia informa que não existem receitas provenientes de outros países que não seja o Brasil.

- I. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede e sua participação na receita líquida total do emissor
- II. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- III. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

7.8 - Políticas Socioambientais

- a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações
- c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente
- d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

A Companhia informa que estabeleceu e mantém o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade, relacionados ao consumo de água e energia elétrica. Tais indicadores têm contribuído para a melhoria da gestão do insumo, bem como para a rápida detecção de ocorrências que possam estar relacionadas com o desperdício/consumo fora do padrão.

Em 2021, objetivando rebuscar o entendimento de como as atividades da companhia impactam o meio ambiente e, por consequência, permitir o estabelecimento de futuras ações de mitigação iniciamos a implantação da coleta e compilação de dados que envolvem a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Essa ação advém em contexto setorial, através do uso de uma ferramenta – aplicativo CCARBON – disponibilizada pelo SINDUSCON-SP, o qual de forma mais ampla, empregará os dados gerados pelas construtoras associadas para estabelecer uma referência do indicador para o mercado da construção civil.

Focado na melhoria das condições de trabalho nos canteiros de obras bem como na redução do impacto nas partes interessadas causado pela poeira que pode ser gerada em algumas atividades, estabelecemos um procedimento operacional específico para o tratamento do assunto, abordando desde as atividades iniciais (movimentação de terra), passando pela logística de canteiro e movimentação de materiais até atividades que envolvem as etapas de finalização (acabamentos em gesso, por exemplo).

Na esteira do desenvolvimento abordado acima também promovemos a implantação em todos os canteiros de sistemas para lavagem dos equipamentos de pintura e tratamento dos efluentes que são gerados. Apesar de simples a operação desses sistemas assegura que o efluente caracterizado seja descartado na rede pública de acordo com os requisitos estabelecidos pela concessionária.

As ações acima descritas estão permitindo a melhoria na gestão ambiental de nossos canteiros, inclusive melhorando nosso desempenho quanto à redução dos resíduos destinados a aterros. O projeto 90+ implantado no canteiro do empreendimento Lindenberg Vila Mariana em conjunto com a empresa contratada para a gestão da destinação, tem assegurado índices de reciclagem superiores a 90% em relação ao volume gerado.

De forma a pavimentar o caminho para a futura adequação da empresa aos requisitos do novo mercado bem como estabelecer uma metodologia padrão para a divulgação dos nossos resultados, realizaremos em 2022 o diagnóstico de nossos processos no contexto das políticas ESG bem como a evolutiva adoção do padrão estabelecido pelo GRI (Global Report Initiative).

Assim, muito embora a Companhia não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela desenvolve várias ações que visam mitigar o impacto que as suas operações podem causar no meio ambiente. Por fim, a Companhia entende que o envolvimento dos seus colaboradores diretos, indiretos e parceiros comerciais continua sendo a forma mais efetiva em conformidade com os requisitos sociais, ambientais e de compliance.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia informa que não existe outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

a) Controladores diretos e indiretos

			% ON	% PN
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	116.996	202.862	94,32%	81,77%
OUTROS	7.044	6.564	5,68%	18,23%
	124.040	209.426	100,00%	100,00%

b) Controladas e coligadas

Controladas	Participação acionária - %	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas diretas</u>		
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	100,00	100,00
CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	100,00	100,00
Lindenberg Vendas Ltda.	100,00	100,00
<u>Controladas indiretas</u>		
Bari Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Barolo Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Ferrette Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Novara Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Varese Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Viseu Incorporação Ltda.	100,00	100,00
Alberobello Incorporação Ltda.	100,00	-
Latina Incorporação Ltda.	100,00	-
Livorno Incorporação Ltda.	100,00	-
Perugia Incorporação Ltda.	100,00	-
Ragusa Incorporação Ltda.	100,00	-
Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100,00	-
<u>Coligadas</u>		
<u>Coligada direta</u>		
Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.	15,00	15,00
<u>Coligadas indiretas</u>		
Amadora Incorporação Ltda.	10,00	10,00
Aosta Incorporação Ltda.	35,00	32,16
Laurenza Incorporação SPE Ltda.	37,00	37,00
Lion Incorporação SPE Ltda.	40,00	40,00
SPE Bandeira Incorporação Ltda.	49,00	49,00
Toliara Incorporação SPE Ltda.	30,00	30,00
Valência Incorporação Ltda.	50,00	50,00

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

A Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos seus negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

A Companhia não celebrou contratos diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

A Companhia informa que não existem outras informações relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

- a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:

ATIVO TANGÍVEL (Em milhares de Reais - R\$)	Localização	Taxa de Depreciação (aa.)	Controladora				Consolidado			
			2021	2020	2019	2018	2021	2020	2019	2018
Veículos	Sede	20%	0	0	0	95	0	0	0	95
Móveis e utensílios	Sede	10%	0	0	0	0	81	42	42	42
Computadores e periféricos	Sede	20%	0	0	0	0	161	46	0	45
Estande e decorado	Coligada	n/a	0	0	0	0	982	758	0	0
Benfeitoria em propriedades de terceiros	Sede	20%	0	0	0	0	256	32	32	32
Total			0	0	0	95	1.479	878	74	214
(-) Depreciação de veículos acumulada	n/a	n/a	0	0	0	(93)	0	0	0	(93)
(-) Depreciação de móveis e utensílios acumulada	n/a	n/a	0	0	0	0	(35)	(28)	(24)	(20)
(-) Depreciação computadores e periféricos	n/a	n/a	0	0	0	0	(44)	(29)	0	(42)
(-) Depreciação estande e decorado	n/a	n/a	0	0	0	0	(456)	(27)	0	0
(-) Depreciação benfeitoria em propriedades de terceiros	n/a	n/a	0	0	0	0	(36)	(22)	(19)	(16)
Total Líquido			0	0	0	2	909	772	31	43

Os ativos imobilizados líquidos contabilizados no nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 eram, quase que exclusivamente, equipamentos de informática, instalações, estande decorado e móveis de nossa sede social, entre outros, cujo saldo total era de R\$ 909 mil (R\$ 772 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 31 mil em 31 de dezembro de 2019).

O imóvel no qual está localizada nossa sede, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é alugado, sendo que o contrato de locação foi celebrado com Fundo de Investimento Imobiliário representado pela administradora BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM e tem duração até 30 de junho de 2025. O valor mensal do aluguel do andar do referido imóvel é de R\$ 30,3 mil.

Os terrenos adquiridos para realização dos nossos empreendimentos são registrados em nosso balanço patrimonial, na conta "imóveis a comercializar", e não integram o nosso ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos registrado em nosso balanço patrimonial, na conta "imóveis a comercializar – terrenos", o valor de R\$ 67,3 milhões (R\$ 38,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 41,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

- b) Ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

ATIVO INTANGÍVEL (Em milhares de Reais - R\$)	Localização	Taxa de Depreciação (aa.)	Controladora				Consolidado			
			2021	2020	2019	2018	2021	2020	2019	2018
Marcas e patentes	Sede	n/a	42	42	42	42	42	42	42	42
Softwares	Sede	20%	0	0	0	131	53	67	0	131
Direito de uso	n/a	20%	0	0	0	0	868	867	1.011	0
Total			42	42	42	173	962	976	1.053	173
(-) Amortização de softwares acumulada	n/a	n/a	0	0	0	(126)	0	0	0	(126)
(-) Amortização de direito de uso	n/a	n/a	0	0	0	0	(561)	(326)	(258)	0
Total Líquido			42	42	42	47	401	650	795	47

Os ativos intangíveis líquidos contabilizados no nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, eram software, marcas e patentes e direito de uso, cujo saldo total era de R\$ 401 mil (R\$ 650 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 795 mil em 31 de dezembro de 2019).

i. duração

O prazo de vigência nas marcas e patentes da Companhia é o prazo legal de 10 anos para as marcas, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, e de 20 anos para as patentes, nos termos da Lei 9.279/96.

ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o Emissor

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pelo emissor.

c) As sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

- i. denominação social
- ii. atividades desenvolvidas
- iii. participações do emissor
- iv. se a sociedade é controlada ou coligada
- v. valor contábil da participação

Participação Societária (Em milhares de Reais - R\$)	Valor Contábil de Investimento		
	2021	2020	2019
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.			
Participação direta:	99,99%		
Participação indireta:	0,01%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de construção e terceirização de mão de obra		
Valor contábil:	R\$ 176	R\$ 1.034	R\$ 1.713
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.			
Participação direta:	99,99%		
Participação indireta:	0,01%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de construção e terceirização de mão de obra		
Valor contábil:	R\$ 34.768	R\$ 23.681	R\$ 7.486
CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.			
Participação direta:	100,00%		
Participação indireta:	0,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de construção e terceirização de mão de obra		
Valor contábil:	-R\$ 1.439	R\$ 9.652	-R\$ 2.547
Lindenberg Vendas Ltda.			
Participação direta:	100,00%		
Participação indireta:	0,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária		
Valor contábil:	R\$ 793	R\$ 403	R\$ 18
Bari Incorporação Ltda.			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 18	R\$ 0	R\$ 499
Barolo Incorporação Ltda.			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>R\$ 14.334</i>	<i>R\$ 9</i>	<i>R\$ 31</i>

Ferrette Incorporação Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>-R\$ 1</i>	<i>-R\$ 66</i>	<i>-R\$ 65</i>

Novara Incorporação Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>-R\$ 165</i>	<i>-R\$ 13</i>	<i>-R\$ 13</i>

Varese Incorporação Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>-R\$ 3</i>	<i>-R\$ 1</i>	<i>R\$ 181</i>

Viseu Incorporação SPE Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>R\$ 10.693</i>	<i>R\$ 7.385</i>	<i>R\$ 1.430</i>

Alberobello Incorporação Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 0</i>

Latina Incorporação SPE Ltda.

<i>Participação direta:</i>	<i>0,00%</i>		
<i>Participação indireta:</i>	<i>100,00%</i>		
<i>Sociedade:</i>	<i>Controlada</i>		
<i>Descrição:</i>	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
<i>Valor contábil:</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 0</i>

Livorno Incorporação SPE Ltda.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Perugia Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Ragusa Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 52	R\$ 0	R\$ 0

Amadora Incorporação Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	10,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 84	-R\$ 127	-R\$ 121

Aosta Incorporação Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	35,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 14.706	R\$ 5.253	R\$ 350

SPE Bandeira Incorporação S.A.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	49,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 5.109	R\$ 7.169	R\$ 5.203

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**Toliara Incorporação SPE Ltda.**

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	30,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 0	R\$ 44	R\$ 51

Valência Incorporação Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	50,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 263	-R\$ 207	-R\$ 155

Laurenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	37,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 1.059	-R\$ 208	R\$ 2.039

Lion Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0%		
Participação indireta:	40%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária		
Valor contábil:	R\$ 57	-R\$ 17	-R\$ 19

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 148.954	R\$ 132.336	R\$ 0

Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.

Participação direta:	15,00%		
Participação indireta:	0,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de participação em empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 42.361	R\$ 37.773	R\$ 26.451

Monza Incorporação SPE Ltda.

	34.658.836/0001-08		
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	Coligada		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 121.596	R\$ 105.887	R\$ 79.969

Alto de Pinheiros Incorporação Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 5	R\$ 0	R\$ 0

Associação Praça Lindenberg

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Administração de condomínios		
Valor contábil:	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

iv. sede

Sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

v. se possui registro na CVM

Nenhuma das Controladas possuem registro na CVM, apenas a Controladora.

vi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

A Companhia informa que não é aplicável.

vii. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

A Companhia informa que não é aplicável.

viii. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

A Companhia informa que não é aplicável.

ix. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

Dividendos Recebidos (Em milhares de Reais - R\$)	Controladora				Consolidado			
	2021	2020	2019	2018	2021	2020	2019	2018
Total Dividendos	29.513	1.480	27.311	16.603	2.099	1.581	9.367	13.457

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

x. razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia informa que não é aplicável.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Imóvel locado á Rua Joaquin Floriano, 466 2ºand C	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Estande e decorado	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marcas e Patentes	10	Não há eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.
Licenças	Licenças de uso de Software	10	Não existem eventos que possam causar a perda dos direitos.	Eventuais indeferimentos de licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de construção e terceirização de mão de obra	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	-83,000000	0,000000	653.000,00	Valor contábil	31/12/2021	176.000,00		
31/12/2020	-39,600000	0,000000	1.025.937,80					
31/12/2019	8,610000	0,000000	23.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
ALBEROBELLO INCORPORAÇÃO LTDA.	36.437.406/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
AMADORA INCORPORAÇÃO LTDA.	11.955.975/0001-90	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	10,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-33,900000	0,000000	16.000,00	Valor contábil	31/12/2021	-84.000,00		
31/12/2020	4,900000	0,000000	17.300,00					
31/12/2019	-11,600000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
AOSTA INCORPORAÇÃO LTDA.	32.208.022/0001-38	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	35,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2021	180,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	14.706.000,00			
31/12/2020	1399,900000	0,000000	0,00						
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
UNIDADE DE NEGÓCIO									
ASSOCIAÇÃO PRAÇA LINDENBERG	40.108.209/0001-98	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de condomínios	15,000000	
				Valor mercado					
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00			
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
UNIDADE DE NEGÓCIO									
BARI INCORPORACAO LTDA.	32.233.054/0001-93	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000	
				Valor mercado					
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-18.000,00			
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários									
BAROLO INCORPORAÇÃO LTDA.	33.657.273/0001-62	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000	
				Valor mercado					
31/12/2021	58,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	14.334.000,00			
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários								
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-114,900000	0,000000	10.595.000,00	Valor contábil	31/12/2021	-1.439.000,00		
31/12/2020	-477,300000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-70,730000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa de construção e terceirização de mão de obra								
FERRETTE INCORPORAÇÃO LTDA.	17.790.765/0001-75	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-98,500000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-1.000,00		
31/12/2020	99,900000	0,000000	0,00					
31/12/2019	457,700000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
FORENZA INCORPROAÇÃ SPE LTDA.	12.868.476/0001-28	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	12,600000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	148.954.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários								
GREGORIO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA	44.225.153/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
GROELANDIA INCORPROAÇÃO LTDA.	36.626.029/0001-20	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-5.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários								
LATINA INCORPROAÇÃO SPE LTDA	43.476.513/0001-86	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LAURENZA INCORPROAÇÃO SPE S/A	12.868.413/0001-71	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	37,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	409,100000	0,000000	622.000,00	Valor contábil	31/12/2021	-1.059.000,00		
31/12/2020	-110,100000	0,000000	1.687.200,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2019	0,000000	0,000000	138.750,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de construção e terceirização de mão de obra	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	46,800000	0,000000	16.474.000,00	Valor contábil	31/12/2021	34.768.000,00		
31/12/2020	216,300000	0,000000	19.000.506,69					
31/12/2019	-78,190000	0,000000	22.287.799,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LINDENBERG VENDAS	09.123.487/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	96,800000	0,000000	1.791.000,00	Valor contábil	31/12/2021	793.000,00		
31/12/2020	2,138900	0,000000	476.000,00					
31/12/2019	-47,100000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LION INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	08.349.965/0001-04	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	40,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-435,300000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	57.000,00		
31/12/2020	-99,900000	0,000000	22.820.927,02					
31/12/2019	-100,100000	0,000000	22.820.927,02					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
LIVORNO INCORPORAÇÃO SPE LTDA	43.402.070/0001-89	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
MONZA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	34.658.836/0001-08	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	14,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	121.596.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
NOVARA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	12.348.208/0001-85	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	1169,200000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-165.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários								
PERUGIA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	43.473.160/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
RAGUSA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	43.412.500/0001-43	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de participação em empreendimentos imobiliários	15,000000
Valor mercado								
31/12/2021	12,100000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	42.361.000,00		
31/12/2020	42,800000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
SPE BANDEIRA INCORPROAÇÃO SPE S.A.	12.348.138/0001-65	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de participação em empreendimentos imobiliários	49,000000
Valor mercado								
31/12/2021	-28,700000	0,000000	1.509.000,00	Valor contábil	31/12/2021	5.109.000,00		
31/12/2020	-99,900000	0,000000	132,30					
31/12/2019	-32,618800	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
TOLIARA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	11.976.170/0001-22	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	30,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	16.000,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	15.600,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
VALENCIA INCORPORAÇÃO LTDA	19.331.879/0001-82	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-227,100000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	263.000,00		
31/12/2020	33,500000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-133,400000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
VARESE INCORPORAÇÃO LTDA	33.664.203/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	200,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-3.000,00		
31/12/2020	-100,600000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
EXERCÍCIO SOCIAL	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
WISEU INCORPORAÇÃO LTDA.	17.790.780/0001-13	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	44,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	10.693.000,00		
31/12/2020	416,400000	0,000000	0,00					
31/12/2019	71400,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia informa que não existem outras informações relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários dos Diretores

É com enorme satisfação que a Administração da Construtora Adolpho Lindenberg vem apresentar os resultados consolidados do ano de 2021 que confirmam o planejamento definido em 2019 e que, apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelo cenário político-econômico como pelas questões sanitárias relativas à pandemia, reforçam a capacidade de execução e adaptação da Companhia, sempre buscando entregar produtos de qualidade a seus clientes, rentabilizar os investimentos para seus acionistas e desenvolver as relações de longo prazo com seus colaboradores.

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia para o ano de 2021, a Construtora Adolpho Lindenberg realizou o lançamento de 2 empreendimentos em 2021, totalizando um VGV Potencial de R\$ 799,5 milhões sendo R\$ 174,5 milhões na participação da CAL (participação média 21,8%) e total de 27.364 mil m² de área privativa. Os empreendimentos lançados em 2021 foram: (i) Praça Lindenberg – Fase Macurapé lançado em maio (2T21), VGV total de R\$ 526,7 milhões e na participação da CAL de R\$ 79,0 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto de 118 unidades e com 18.092 mil m² de área privativa, e; (ii) Lindenberg Groenlândia 77 lançado em novembro (4T21), VGV total de R\$ 272,8 milhões e na participação da CAL de R\$ 95,5 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto 29 unidades e com 9.272 mil m² de área privativa. O mercado imobiliário, no alto padrão, especialmente de São Paulo, apresentou cenário positivo durante o ano de 2021, apesar de cenário externo desfavorável (principalmente no 2º semestre do ano) devido a alta da taxa de juros atingindo patamares elevados, seja pela crise provocada pelo Covid-19, apesar do avanço da vacinação no estado. Permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão em São Paulo no decorrer do ano de 2022, mas também cautelosos de forma que é importante destacar que os próximos lançamentos dependerão principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas totais somaram R\$ 189,7 milhões no 4T21, aumento de 104,3% quando comparado com o 4T20. A participação da CAL totalizou R\$ 64,9 milhões (34,2% das vendas totais) aumento de 89,6% quando comparado com o 4T20. Vale informar que não ocorreram distratos no 4T21 e que as vendas do trimestre tiveram o maior volume do ano e desse novo ciclo da Companhia iniciado em 2019. Em 2021, as vendas líquidas totais atingiram R\$ 402,3 milhões, crescimento expressivo de 101,9% em relação ao ano de 2020. A participação CAL totalizou R\$ 145,0 milhões (36,0% das vendas totais), crescimento de 110,8% quando comparado com o ano de 2020. Esses valores reforçam mais uma vez a capacidade de execução e a qualidade dos produtos desenvolvidos pela CAL. A velocidade de vendas totais (“Velocidade sobre Oferta” – VSO) totalizou 16,6% e na participação da CAL totalizou o valor de 18,1% no encerramento do 4T21. Em 2021, a velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 32,4%, redução de 1,0 pp. em relação ao ano de 2020, e na participação CAL, a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 39,0% em 2021, aumento de 9,1 pp. quando comparado com o ano de 2020. Esses índices mantêm a retomada operacional da Construtora Adolpho Lindenberg em níveis saudáveis, com impacto positivo também para os resultados dos próximos trimestres devido ao andamento das obras.

O estoque de unidades a valor de mercado referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg no encerramento do 4T21 totalizou R\$ 890,6 milhões, sendo R\$ 227,1 milhões referente à parte CAL com participação média de 25,5% do total (controladas e coligadas). Os estoques da CAL estão concentrados e distribuídos em unidades residenciais de alto padrão, sendo que 95,3% do estoque total está alocado na capital de São Paulo e 4,7% no interior de São Paulo, o que demonstra a manutenção do foco e reforço da Companhia no segmento de sua atuação.

O banco de terrenos (Land Bank) no encerramento do 4T21, totalizou um VGV Total potencial de R\$ 560,9 milhões, sendo R\$ 466,2 milhões parte CAL (média de 83,1% de participação do total controladas e coligadas), composto por 3 terrenos na capital de São Paulo para projetos residenciais em localização premium de alto padrão, totalizando mais de 192 unidades, todos em processos de diligência jurídica e com expectativas de lançamento nos próximos 18 meses, que reforça a manutenção do novo ciclo operacional e o foco regional de atuação no alto padrão da Companhia. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade, com o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, que são alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O volume de obras totalizou 101,8 mil m² no encerramento do 4T21, compostos por 6 obras residenciais (sendo 5 localizadas na capital de São Paulo e 1 no interior de São Paulo), total de 420 unidades em construção. Com a retomada de lançamentos deste novo ciclo ao longo do ano de 2020, a Construtora Adolpho Lindenberg começa a reportar indicadores em linha com o histórico da Companhia. Por outro lado, vale reforçar que, conforme o planejamento estratégico da Companhia definido em 2019, mesmo considerando a crise resultante da pandemia e seus impactos, estamos acompanhando de perto todas as movimentações do mercado imobiliário e as incertezas refletidas na economia e na política conforme já sinalizado em 2020 e, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional, os resultados seguem dentro do esperado pela Companhia e com manutenção de ótimas perspectivas.

A Receita Líquida totalizou R\$ 19,7 milhões no encerramento do 4T21, crescimento de 43,4% em relação ao 4T20. No acumulado de 2021, a Receita Líquida atingiu R\$ 73,0 milhões, aumento expressivo de 143,0% quando comparado com o ano de 2020. Já o Resultado Bruto foi de R\$ 7,6 milhões para uma Margem Bruta de 38,7% ao final do 4T21, crescimento de 88,9% e 9,3 pp. quando comparado com o 4T20. Nos doze meses de 2021, o Resultado Bruto atingiu R\$ 25,6 milhões para uma Margem Bruta de 35,1%, crescimento de 364,4% e 16,7 pp. em relação ao ano de 2020. Vale informar que mesmo num período de pressão inflacionária nos insumos relacionados as commodities como aço, ferro, alumínio e PVC, todas sensíveis ao dólar, impactando diretamente nos custos de construção, a Companhia apresentou crescimento na margem bruta em 2021, ou seja, estamos conseguindo repassar a inflação com acréscimo nos preços de vendas, principalmente por atuarmos no segmento de alta

renda na cidade de São Paulo. Outro ponto relevante a se destacar é que no nosso segmento de atuação o custo total de construção na composição global dos custos é menor que nos segmentos de média e baixa renda, devido aos elevados valores de custo de terreno por sua costumeira localização premium. O EBITDA atingiu R\$ 3,9 milhões para uma Margem EBITDA de 19,6% ao final do 4T21, redução de 0,5% e 8,7 pp. em relação ao 4T20. Nos 12M21, o EBITDA totalizou R\$ 13,8 milhões para uma Margem EBITDA de 18,8%, crescimento de 259,6% e 6,1 pp. em relação aos 12M20. Importante informar dois fatos importantes: (i) com a retomada dos lançamentos, a Companhia iniciou a apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas em 2020, que contribuiu fortemente com o crescimento da Receita Líquida, Resultado Bruto e Margem Bruta e; (ii) o crescimento do resultado de Equivalência Patrimonial, através dos empreendimentos Lindenberg Reserva Itaim, lançado no 2T20, do empreendimento Praça Lindenberg fase Clodomiro lançado no 4T20, do empreendimento Praça Lindenberg fase Macurapé lançado no 2T21 e do empreendimento Lindenberg Groenlândia 77 lançado no 4T21, que possuem controle compartilhado. O Resultado Líquido totalizou R\$ 3,6 milhões para uma Margem Líquida de 18,2% ao final do 4T21. No acumulado de 2021, o Resultado Líquido totalizou R\$ 7,5 milhões para uma Margem Líquida de 10,2% ao final de 2021, crescimento de 284,3% e 3,8 pp. quando comparado com o mesmo período de 2020. O ROE ("Return on Equity") trimestral totalizou 408,1% e o ROE anual atingiu 226,1% no encerramento do 4T21.

O Resultado à Apropriar, referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg pelo método do percentual de conclusão totalizou R\$ 12,6 milhões, com Margem REF ("Resultado do Exercício Futuro") esperada de 35,0% sobre a parcela de produtos vendidos que estão em construção no encerramento do 4T21, aumento de 7,1 pp. quando comparado com o 4T20 e aumento de 0,3 pp. em relação ao 3T21. A atual Margem REF indica tendência da Margem Bruta futura da operação da Construtora Adolpho Lindenberg, um patamar elevado, reflexo do padrão e qualidade dos produtos desenvolvidos pela Companhia, mesmo em um período econômico ainda desafiador que estamos enfrentando atualmente. Importante informar que o Resultado à Apropriar gerencial, ou seja, considerando também os empreendimentos não controlados pela Companhia totalizou R\$ 32,7 milhões, com Margem REF total (controladas e coligadas) gerencial esperada de 36,2% no encerramento do 4T21.

No modelo atual de estrutura de capital da Companhia, com participação minoritária nos projetos, uma importante fonte de receita e consequentemente de resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos uma perspectiva de incremento com a retomada dos lançamentos e início das obras desde 2020. Os patamares de rentabilidade reportados são resultados de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo de valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre a operação futura, a Construtora Adolpho Lindenberg continua focada no objetivo de manter uma estrutura de capital adequada e preparada para enfrentar o cenário futuro bastante promissor. Manteremos uma postura cautelosa em 2022, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os patamares de rentabilidade reportados são reflexos de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo valor para nossos clientes e acionistas.

A margem bruta, indicador que consiste em medir a rentabilidade das vendas da empresa, atingiu 35% em 2021 frente a um resultado de 18% em 2020 e -73% em 2019. Tal patamar de margem bruta é considerado adequado e pode variar para cima ou para baixo a depender de uma série de fatores tais como, (i) o preço de venda fechado na negociação com o cliente; (ii) economias de obras; (iii) impacto dos distratos como proporção da receita reconhecida; entre outros.

A melhora na margem bruta da Construtora Adolpho Lindenberg em 2021 se deu, principalmente do maior volume de lançamentos, bom desempenho de vendas, aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional e da evolução física das obras em execução, através da metodologia do PoC ("Percentage of Completion"), que determina o reconhecimento da receita das unidades comercializadas de forma proporcional e de acordo com a evolução do custo incorrido de cada projeto.

A equivalência patrimonial, rubrica que representa o resultado das empresas que não são consolidadas nas demais linhas das demonstrações financeiras, atingiu R\$ 11,9 milhões em 2021 versus R\$ 2,3 milhões em 2019 e R\$ 1,2 milhão em 2019.

O índice de alavancagem corporativa (dívida líquida/patrimônio líquido) atingiu 652,9% no encerramento de 2021 versus 713,3% em 2020 e em 2019 a Companhia não possuía alavancagem financeira. Esse crescimento deve-se principalmente a obtenção de financiamento corporativo, para reforço da posição de caixa, cujos recursos serão integralmente destinados ao custeio de despesas vinculadas aos projetos da Companhia.

Ao final do exercício social de 2021, a Companhia atingiu R\$ 27,3 milhões em caixa e equivalentes de caixa versus R\$ 10,2 milhões no encerramento de 2020 e R\$ 137 mil ao final de 2019, posição que evidencia a boa liquidez da Companhia diminuindo os riscos do negócio para fazer frente aos desafios atuais do cenário econômico.

A Construtora Adolpho Lindenberg em 2021 iniciou 3 obras, todas residências, de alto padrão e localizadas na capital de São Paulo, somando 58,0 mil m² de área total e 208 unidades a serem construídas. Nesse mesmo período não tivemos entregas de empreendimentos/fases, totalizando 101,8 mil m² de volume operacional no encerramento do 4T21. No ano de 2020, a Construtora Adolpho Lindenberg não realizou entrega de empreendimentos/fases e iniciou 2 obras, a obra do empreendimento Lindenberg Cambuí lançado em março (1T20), segmento residencial de alto padrão, localizado no interior de São Paulo, composto de 22 unidades tipo, 1 unidade garden e 1 unidade cobertura, torre única e com 10,2 mil m² de área a ser construída e a obra do empreendimento Lindenberg Reserva Itaim lançado em junho (2T20), segmento residencial de alto padrão, localizado na capital de São Paulo, composto de 42 unidades tipo, 2 unidades garden e 2 coberturas duplex, torre única e com 11,7 mil m² de área a ser construída. Durante 2019, foram entregues 3 projetos/fases (1 residencial e 2 comerciais), totalizando 27,0 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg iniciou 2 obras, sendo 1 obra comercial clube no Litoral de São Paulo de 2,2 mil m² de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

área e 1 obra residencial de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, com 22,0 mil m² de área, composta por 2 torres com 142 unidades.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era composta da seguinte forma:

Estrutura de Capial da Companhia (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	2019
Capital de terceiros	87.097	33.720	0
Capital próprio	9.161	3.302	1.359
Total da Estrutura de Capital	96.258	37.022	1.359

- 1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.
- 2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas; e (iv) receitas de comercialização. Dessa forma acreditamos que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em caixa de R\$ 27,3 milhões mais a carteira de recebível de R\$ 22,4 milhões eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em caixa de R\$ 10,2 milhões mais a carteira de recebível de R\$ 14,0 milhões eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em caixa de R\$ 137 mil mais a carteira de recebível de R\$ 1,2 milhão eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$13,8 milhões para uma margem EBITDA de 19% versus R\$ 3,8 milhões em 2020 para uma margem EBITDA de 13% e R\$ 25,6 milhões negativos para uma margem EBITDA de -629% em 2019.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

Composição do Endividamento (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	87.097	33.720	0
Contas a pagar a fornecedores	3.289	1.560	518
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.434	2.534	1.576
Obrigações tributárias parceladas	547	812	1.099
Obrigações por aquisição de terreno	25.667	28.598	34.682
Adiantamento de clientes	11.996	4.686	0
Arrendamentos a pagar	316	587	753
Débito com parceiros em empreendimentos	25.378	27.086	2.055
Provisão para garantia de obras	1.747	1.624	3.032
Provisão para contingências	15.243	17.313	16.926
Dividendos a pagar	1.637	29	29

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o nível de endividamento líquido da Companhia atingiu de 6,5 vezes o Patrimônio Líquido versus 7,1 vezes o Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o seguinte perfil de endividamento:

Empréstimos e Financiamentos (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	2019
Empréstimos (Corporativo)			
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.928	33.720	0
CCB	10.005	0	0
CCB	4.019	0	0
CCB	6.026	0	0
Financiamentos (SFH)			
Certificado de Recebíveis Imobiliários	27.344	0	0
SFH	10.775	0	0
Total Empréstimos e Financiamentos	87.097	33.720	0
	2021	2020	2019
Circulante	8.747	0	0
Não Circulante	78.350	33.720	0

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021 o detalhamento do endividamento:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e Financiamentos (Em milhares de Reais - R\$)	Credor	Vencimento	Emissão	Custo a.a.	Vencimento	Saldo
Empréstimos (Corporativo)						
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Ourinvest	ago-25	ago-20	CDI + 6%	ago-25	28.928
CCB	Original	out-23	abr-21	CDI + 5,54%	out-23	10.005
CCB	Original	out-23	jul-21	CDI + 5,54%	out-23	4.019
CCB	Original	set-23	set-21	CDI + 5,78%	set-23	6.026
Financiamentos (SFH)						
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Vert	out-23	dez-21	CDI + 10,25%	dez-27	27.344
SFH	Safra	out-23	jul-21	CDI +8,95%	out-23	10.775
Total Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	87.097

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas neste formulário de referência para os últimos três exercícios sociais.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020. Nosso empréstimo é garantido por: (i) Garantia hipotecária; e/ou (ii) Alienação Fiduciária; e/ou (iii) Cotas de sociedades subsidiárias da Companhia

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Item não aplicável a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência, não há financiamentos contratados em que não tenham sido liberados a totalidade dos recursos, observados os respectivos prazos de solicitação para liberação de recursos, conforme previstos nos respectivos contratos.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Item não aplicável a Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanco Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

Balancos Patrimoniais			
Períodos encerrados em 31 de dezembro	2021	2020	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	191.419	124.698	53,5%
Circulante	112.102	62.131	80,4%
Caixa e equivalentes de caixa	27.281	10.168	168,3%
Contas a receber de clientes	13.789	13.452	2,5%
Imóveis a comercializar	67.066	37.176	80,4%
Impostos a recuperar	354	15	2260,0%
Contas a receber de partes relacionadas	1.645	745	120,8%
Demais ativos circulantes	1.967	575	242,1%
Não Circulante	79.317	62.567	26,8%
Contas a receber de clientes	8.607	522	1548,9%
Depósitos judiciais	506	819	-38,2%
Imóveis a comercializar	227	1.126	-79,8%
Contas a receber de partes relacionadas	2.672	6.745	-60,4%
Impostos a recuperar	801	893	-10,3%
Demais ativos não circulantes	6	9	-33,3%
Investimentos	65.188	51.031	27,7%
Imobilizado	384	772	-50,3%
Intangível	926	650	42,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	191.419	124.698	53,5%
Circulante	56.263	24.307	131,5%
Empréstimos e financiamentos	8.747	0	0,0%
Fornecedores	3.289	1.560	110,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.399	2.513	154,6%
Obrigações tributárias parceladas	258	290	-11,0%
Obrigações com aquisição de terreno	22.491	11.560	94,6%
Adiantamento de clientes	11.996	4.686	156,0%
Dividendos a pagar	1.637	29	5544,8%
Provisão para garantia de obras	1.227	1.099	11,6%
Débitos com partes relacionadas	0	2.289	-100,0%
Arrendamentos a pagar	219	281	-22,1%
Não Circulante	125.995	97.089	29,8%
Empréstimos e financiamentos	78.350	33.720	132,4%
Obrigações com aquisição de terreno	3.176	17.038	-81,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	35	21	66,7%
Obrigações tributárias parceladas	289	522	-44,6%
Provisão para garantia de obras	520	525	-1,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.243	17.313	-12,0%
Provisão para perda com investimentos	1.143	558	104,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.378	27.086	-6,3%
Arrendamentos a pagar	97	306	-68,3%
Demais passivos	1.764	0	0,0%
Patrimônio Líquido	9.161	3.302	177,4%
Capital social	4.000	16.000	-75,0%
Reserva de lucros	5.161	0	0,0%
Prejuízos acumulado	0	(12.698)	-100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$191,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 53,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$124,7 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo avanço no andamento das obras dos empreendimentos lançados em 2020 e 2021 de suas controladas e aquisição de terrenos para futuras incorporações.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$182,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação positiva de 50,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$121,3 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$53,4 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$9,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 177,4% em relação ao mesmo período de 2020, que totalizou R\$3,3 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2021.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Líquida	73.003	30.039	143,0%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(47.356)	(24.516)	93,2%
Lucro (Prejuízo) Bruto	25.647	5.523	364,4%
Margem Bruta (%)	35,1%	18,4%	16,7 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(11.891)	(1.698)	600,3%
Administrativas e gerais	(16.741)	(6.457)	159,3%
Despesas comerciais	(2.857)	(1.500)	90,5%
Equivalência patrimonial	11.867	2.290	418,2%
Outras receitas operacionais líquidas	(4.160)	3.969	-204,8%
EBITDA	13.756	3.825	259,6%
Margem EBITDA (%)	18,8%	12,7%	6,1 pp
Resultado Financeiro	(5.128)	(1.206)	325,2%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.628	2.619	229,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.161)	(676)	71,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	7.467	1.943	284,3%
Margem Líquida (%)	10,2%	6,5%	3,8 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$73,0 milhões, aumento de 143,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que foi de R\$30,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 totalizou R\$47,4 milhões, crescimento de 93,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que atingiu R\$24,5 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Resultado operacional bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 atingiu R\$25,6 milhões, crescimento 364,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Resultado líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 foi de R\$7,5 milhões, crescimento de 284,3% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$1,9 milhão.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

Balancos Patrimoniais			
Períodos encerrados em 31 de dezembro	2020	2019	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	124.698	79.872	56,1%
Circulante	62.131	48.183	28,9%
Caixa e equivalentes de caixa	10.168	137	7321,9%
Contas a receber de clientes	13.452	701	1819,0%
Imóveis a comercializar	37.176	40.159	-7,4%
Impostos a recuperar	15	21	-28,6%
Contas a receber de partes relacionadas	745	7.103	-89,5%
Demais ativos circulantes	575	62	827,4%
Não Circulante	62.567	31.689	97,4%
Contas a receber de clientes	522	470	11,1%
Depósitos judiciais	819	903	-9,3%
Imóveis a comercializar	1.126	1.135	-0,8%
Contas a receber de partes relacionadas	6.745	5	134800,0%
Impostos a recuperar	893	999	-10,6%
Demais ativos não circulantes	9	10	-10,0%
Investimentos	51.031	27.341	86,6%
Imobilizado	772	31	2390,3%
Intangível	650	795	-18,2%
Passivo e Patrimônio Líquido	124.698	79.872	56,1%
Circulante	24.307	16.155	50,5%
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%
Fornecedores	1.560	518	201,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.513	1.576	59,5%
Obrigações tributárias parceladas	290	288	0,7%
Obrigações com aquisição de terreno	11.560	8.116	42,4%
Adiantamento de clientes	4.686	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	29	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.099	1.438	-23,6%
Débitos com partes relacionadas	2.289	3.944	-42,0%
Arrendamentos a pagar	281	246	14,2%
Não Circulante	97.089	62.358	55,7%
Empréstimos e financiamentos	33.720	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	17.038	26.566	-35,9%
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	522	811	-35,6%
Provisão para garantia de obras	525	1.593	-67,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.313	16.926	2,3%
Provisão para perda com investimentos	558	294	89,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	27.086	2.055	1218,1%
Arrendamentos a pagar	306	507	-39,6%
Demais passivos	0	26	-100,0%
Patrimônio Líquido	3.302	1.359	143,0%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva de lucros	0	1.934	-100,0%
Prejuízos acumulado	(12.698)	(16.575)	-23,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$124,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 56,1% quando comparado com o mesmo período de 2019, que atingiu R\$79,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo lançamento de novos empreendimentos de suas controladas ao mercado gerando aumento do contas a receber e investimentos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 54,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$78,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a: (i) aumento de R\$33,7 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários e; (ii) aumento de R\$25,0 milhões a título de débito com parceiros em empreendimentos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 143,0% em relação ao mesmo período de 2019, que atingiu R\$ 1,4 milhão. Esse crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2020.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2020	2019	Var. %
Receita Operacional Líquida	30.039	4.076	637,0%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(24.516)	(7.047)	247,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	5.523	(2.971)	-285,9%
Margem Bruta (%)	18,4%	-72,9%	91,3 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.698)	(22.652)	-92,5%
Administrativas e gerais	(6.457)	(23.337)	-72,3%
Despesas comerciais	(1.500)	(177)	749,4%
Equivalência patrimonial	2.290	1.214	88,6%
Outras receitas operacionais líquidas	3.969	(352)	-1226,3%
EBITDA	3.825	(25.623)	-114,9%
Margem EBITDA (%)	12,7%	-628,6%	641,4 pp
Resultado Financeiro	(1.206)	938	-228,6%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.619	(24.685)	-110,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(676)	18	-3855,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.943	(24.667)	-107,9%
Margem Líquida (%)	6,5%	-605,2%	611,7 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida totalizou R\$30 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 637% comparado a 31 de dezembro de 2019. Esse resultado é reflexo do retorno das atividades operacionais da Companhia.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, registrando aumento de 247,9% em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se majoritariamente por gastos incorridos das obras em andamento.

Resultado operacional bruto

O resultado bruto totalizou R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 totalizou o valor negativo de R\$3,0 milhões.

Resultado líquido de exercício

O lucro líquido de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,9 milhão e R\$24,6 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanco Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2019	2018	Var. %
Ativo	79.872	45.866	74,1%
Circulante	48.183	17.877	169,5%
Caixa e equivalentes de caixa	137	414	-66,9%
Contas a receber de clientes	701	2.555	-72,6%
Imóveis a comercializar	40.159	0	0,0%
Impostos a recuperar	21	87	-75,9%
Contas a receber de partes relacionadas	7.103	14.767	-51,9%
Demais ativos circulantes	62	54	14,8%
Não Circulante	31.689	27.989	13,2%
Contas a receber de clientes	470	1.291	-63,6%
Depósitos judiciais	903	620	45,6%
Imóveis a comercializar	1.135	576	97,0%
Contas a receber de partes relacionadas	5	1.462	-99,7%
Impostos a recuperar	999	803	24,4%
Demais ativos não circulantes	10	6	66,7%
Investimentos	27.341	23.141	18,1%
Imobilizado	31	43	-27,9%
Intangível	795	47	1591,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	79.872	45.866	74,1%
Circulante	16.155	5.336	202,8%
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%
Fornecedores	518	397	30,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.576	1.631	-3,4%
Obrigações tributárias parceladas	288	616	-53,2%
Obrigações com aquisição de terreno	8.116	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	719	-96,0%
Provisão para garantia de obras	1.438	1.973	-27,1%
Débitos com partes relacionadas	3.944	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	246	0	0,0%
Não Circulante	62.358	14.505	329,9%
Obrigações com aquisição de terreno	26.566	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	811	1.073	-24,4%
Provisão para garantia de obras	1.593	3.169	-49,7%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.926	9.992	69,4%
Provisão para perda com investimentos	294	153	92,2%
Débito com parceiros em empreendimentos	2.055	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	507	0	0,0%
Demais passivos	26	78	-66,7%
Patrimônio Líquido	1.359	26.025	-94,8%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva de lucros	1.934	1.935	-0,1%
Prejuízos acumulados	(16.575)	8.090	-304,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$79,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 74,1% quando comparado com o mesmo período de 2018, que atingiu R\$45,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela aquisição de novos terrenos para futuras incorporações.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 295,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$19,8 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) aumento de R\$34,7 milhões a título de obrigações com aquisição de terrenos; (ii) aumento de R\$13,5 milhões a título de adiantamento para futuras incorporações e; (iii) aumento de R\$6,9 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 94,8% em relação ao mesmo período de 2018. Essa forte redução deve-se principalmente pelo prejuízo acumulado apurado no exercício decorrente da queda dos resultados operacionais da Companhia em 2019.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2019	2018	Var. %
Receita Operacional Líquida	4.076	6.814	-40,2%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(7.047)	(6.849)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(2.971)	(35)	8433,2%
Margem Bruta (%)	-72,9%	-0,5%	-72,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(22.652)	2.062	-1198,5%
Administrativas e gerais	(23.337)	(11.385)	105,0%
Despesas comerciais	(177)	0	0,0%
Equivalência patrimonial	1.214	12.511	-90,3%
Outras receitas operacionais líquidas	(352)	936	-137,7%
EBITDA	(25.623)	2.027	-1364,0%
Margem EBITDA (%)	-628,6%	29,8%	-658,4 pp
Resultado Financeiro	938	489	91,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.685)	2.516	-1081,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(16)	-212,5%
Prejuízo (Lucro) Líquido do Exercício	(24.667)	2.500	-1086,6%
Margem Líquida (%)	-605,2%	36,7%	-641,9 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$4,1 milhões, redução de 40,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que foi de R\$6,8 milhões. Essa redução da receita operacional deve-se principalmente pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses de 2019 e as entregas dos empreendimentos realizados durante o exercício descritas abaixo:

- (i) Empreendimento comercial Centro Comercial Novo Portal, de médio padrão, composto de uma torre única de 4 salas, 5,1 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Empreendimento residencial Casas de Toscana, de médio padrão, composto por 223 casas, 19,7 mil m² de área construída, localizado no interior de São Paulo;
- (iii) Empreendimento comercial ACM Club, composto por clube esportivo, 2,2 mil m² de área construída, localizado no litoral de São Paulo.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 totalizou R\$7,0 milhões, aumento de 2,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que atingiu R\$6,8 milhões. Esse crescimento é justificado pelo volume de obras em execução.

Resultado operacional bruto

O resultado bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 atingiu o valor negativo de R\$3,0 milhões, redução de 8.433,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que totalizou o valor negativo R\$35 mil. Essa forte redução deve-se principalmente a queda do volume operacional de obras em execução no exercício.

Resultado líquido do exercício

O resultado líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 foi de R\$24,7 milhões negativo, redução de 1.086,6% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que totalizou o valor de R\$2,5 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia informa que a receita operacional é composta principalmente por:

- (i) **Incorporação Imobiliária:** A receita é proveniente das unidades vendidas e revendidas dos nossos empreendimentos, incluindo a correção monetária das vendas a prazo, as receitas de incorporação advêm tanto de unidades já comercializadas em exercícios anteriores (neste caso são apropriados apenas o percentual de custo incorrido no exercício sobre o valor de cada contrato de venda, acrescido da correção monetária do período) como de novas vendas (apropriação do percentual de custo incorrido acumulado sobre o valor do contrato de venda).
- (ii) **Prestação de Serviços:** A receita de prestação de serviços consiste principalmente dos valores recebidos em decorrência da nossa atividade de administração, das comissões recebidas nas intermediações de vendas imobiliárias e das taxas de administração cobradas dos nossos parceiros e faturadas pela construtora nas obras que realizamos.

A composição da receita operacional da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 conforme abaixo:

Receita Operacional Bruta (Em milhares de Reais - R\$)	2021	% Rec Bruta	2020	% Rec Bruta	2019	% Rec Bruta
Receita de prestação de serviços	19.460	23%	6.668	20%	4.497	98%
Receita da venda de unidades imobiliárias	64.515	77%	26.248	80%	94	2%
Total Receita Operacional Bruta	83.975	100%	32.916	100%	4.591	100%

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base em uma mensuração físico-financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Os principais impactos nas variações de receitas são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, introdução de novos produtos da Companhia (lançamentos) e aumento de custos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas), bem como da evolução físico-financeira das obras e o percentual de taxa de administração em contrato de prestação de serviços.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos. Além do INCC, outras taxas que afetam o resultado operacional são o IPCA e o CDI.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

INCC: Indexador da maior parte dos custos da Companhia, e toda a sua carteira de recebíveis dos clientes de unidades não concluídas é atualizada a partir deste índice.

IGP-M: Toda a carteira de recebíveis de clientes de unidades concluídas é atualizada por este índice.

CDI: Aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente parte de seu endividamento estão indexados ao CDI.

Taxas de câmbio: Não considerada relevante da dívida da Companhia pois não é atrelada ao dólar norte americano.

O impacto dos índices de inflação é relevante aos resultados operacionais e financeiros da Companhia à medida que:

- 1) O INCC é o índice utilizado na correção monetária dos recebíveis de unidades em construção. O valor de venda dessas unidades é corrigido e se transforma em receita ao longo da construção, que tem ciclo de até 30 meses. Quanto maior a variação deste índice, maior a receita operacional relativa à correção desses recebíveis.
- 2) O IGP-M é o índice utilizado na correção monetária dos recebíveis de unidades concluídas. Quanto maior a variação deste índice, maior a receita operacional relativa à correção desses recebíveis.
- 3) Taxas como CDI e a taxa de câmbio são os índices que remuneram grande parte da dívida corporativa. Quanto maior a variação destes índices, maior a despesa financeira do volume de dívida atrelada a estes indicadores. Similarmente, os valores das disponibilidades da Companhia estão remunerados a taxas atreladas ao CDI. A variação deste índice afetará a receita e a despesa financeiras da Companhia.
- 4) De forma indireta, o aumento da taxa de inflação pode provocar a perda do poder de compra dos consumidores dos produtos da Companhia, com menores incentivos ao consumo e ao investimento em geral. Por característica do setor imobiliário residencial, um crescimento menor do consumo e do investimento pode reduzir a velocidade com que os produtos são vendidos. Consequentemente, a velocidade com que as vendas são apropriadas como receita pode se desacelerar ao se considerar o padrão contábil vigente.

Não consideramos que estes impactos possam ser demonstrados isoladamente nos resultados dos últimos três exercícios sociais.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em janeiro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu a parcela de 20% da participação societária da Ink Pinheiros Empreendimento e Participações Ltda., para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.267 pelo montante de R\$1.164, gerando um ganho de R\$103.

Em abril de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 50% de participação na sociedade Trevi Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 negativo pelo montante de R\$12, gerando uma perda de R\$16.

Em maio de 2018, a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total na Pisa Incorporação SPE Ltda. para a Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A., o investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$2.580.

Em setembro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 100% de participação na sociedade Viseu Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$7 pelo montante de R\$25, gerando uma perda de R\$18.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. adquiriu da empresa do Grupo LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. 100% da participação societária da Lindencorp Comercialização Private Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$33 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$33.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Ferrette Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$3 negativo pelo montante de R\$1, gerando uma perda de R\$4.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Novara Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$4.

Em dezembro de 2018, após a realização da venda de um imóvel situado na Capital de São Paulo/SP, no valor total de R\$ 18,2 milhões no mês de novembro de 2018. a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total de 50% na Leal Participações Ltda. para a Sei Novo Negócio 47 Empreendimento Imobiliário Ltda. (Setin). O patrimônio líquido vendido foi de R\$10 pelo montante de R\$500 (quinhentos reais), gerando uma perda de R\$10.

Em abril de 2019, através de instrumento de compra e venda de quotas, a controladora Lindenberg São Paulo adquiriu, da empresa Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., 37% da participação societária na SPE Laurenza Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.703 pelo montante de R\$2.259, gerando um ganho de R\$555.

Em abril de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Varese Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em maio de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Barolo Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

Em julho de 2019, a controladora Lindenberg São Paulo encerra a SPE Acireale Incorporação Ltda. e declina do desenvolvimento do empreendimento.

Em outubro de 2019, através de contrato social a controladora CAL Construtora Adolpho Lindenberg constituiu juntamente com o Fundo de Investimentos Sieben 100 Real Estate Investimentos Ltda., 15% da participação societária da empresa Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda., com o objetivo de desenvolver unidades imobiliárias de médio e alto padrão.

Em novembro de 2019, através de instrumento de compra e venda de cotas a controladora Lindenberg São Paulo vende sua participação societária na empresa SPE Eugenio de Medeiros Incorporação Ltda., o que corresponde 20% da sociedade, pelo preço de R\$2.223, seu patrimônio líquido era de R\$1.242, gerando um ganho de R\$980.

Em 2020, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária nas empresas, Alto de Pinheiros Incorporação Ltda., e Alberobello Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão.

Em setembro de 2021, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária nas empresas, Latina Incorporação SPE Ltda., Livorno Incorporação SPE Ltda., Perugia Incorporação SPE Ltda. e Ragusa Incorporação SPE Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão. Em novembro de 2021, através da 1ª Alteração e Consolidação de Contrato Social, a controladora Lindenberg São Paulo adquiriu a participação societária na empresa Gregorio Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., que corresponde 100% da sociedade, pelo preço do capital social de R\$10.000, dividido em 10.000 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão.

c) Eventos ou operações não usuais

Item não aplicável à Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não houve mudanças significativas em práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis / Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

Item não aplicável à Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2021, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.9. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2020, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.9. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2019, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas 2 a), as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos
- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação

Os controles internos têm o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, são necessárias fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c) Novos produtos e serviços

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*
- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

A Companhia possui novos projetos em desenvolvimento e busca parceiros financeiros com a objetivo de possuir participação societária minoritária em projetos imobiliários residenciais, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

a) Objeto da projeção

Item não aplicável a Companhia.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Item não aplicável a Companhia.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Item não aplicável a Companhia.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Item não aplicável a Companhia.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

- a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Item não aplicável a Companhia.

- b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Item não aplicável a Companhia.

- c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável a Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- a) **Atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração, indicando**
- i. Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados
 - ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto
 - iii. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza mediante o Conselho de Administração e Diretoria que não possuem regimento interno:

Artigo 7º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 8º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 9º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações, **bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, conforme o artigo sexto deste estatuto**; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 10º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

A Companhia informa ainda que não possui comitê de auditoria estatutário. O Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, mas não possui uma política formal de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente.

- b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, e não possui regimento interno próprio, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Até 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos do cargo.

Artigo 11º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sétimo deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 12º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 13º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Artigo 14° - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 15° - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judícia" serão conferidos com prazo indeterminado. Conforme consta em Estatuto Social, compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

- c) **Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente e também não possui regimento interno próprio, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

Artigo 17° - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 18° - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 19° - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 20° - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

- d) **Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo**
- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item não aplicável a Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) Prazos de convocação

A Companhia não adota procedimentos diferenciados em relação à legislação e regulamentação vigentes. A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações em jornal de grande circulação, impresso e online. A Companhia aprovou e eleição do Jornal Valor Econômico para realizar suas publicações legais em Assembleia de 04/04/2022.

b) Competências

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- c) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) Reformar o Estatuto Social;
- e) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- f) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- h) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- j) Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- k) Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- m) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- n) Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Endereço Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 - Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002 - São Paulo/SP

Endereços Eletrônicos:

- [i] www.cvm.gov.br
- [ii] www.b3.com.br
- [iii] <http://www.lindenberg.com.br/ri>

d) Identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia não adota mecanismo específico para administrar eventuais conflitos de interesses nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e) Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A Companhia não adota procedimento específico para a outorga de procurações, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação e regulamentação brasileira.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- f) **Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A Companhia solicita ao acionista que desejar ser representado por procurador, o depósito, na sede da Companhia, do respectivo instrumento de mandato, com a firma reconhecida, com poderes específicos e orientação de voto para votação na Assembleia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia.

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas.

- g) **Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância enviando-o diretamente à Companhia, deve encaminhar os seguintes documentos à Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo/SP, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- i. **Boletim devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado (não sendo possível assinatura por certificado digital) com a firma dos signatários devidamente reconhecida; e**
- ii. **Cópia autenticada dos seguintes documentos:**
 - para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
 - para pessoas jurídicas: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) documento de identidade com foto do representante legal; e
 - para fundos de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@lindenberg.com.br sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos com pelo menos 7 dias de antecedência da Assembleia Geral, para o endereço da sede da Companhia.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

- h) **Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico específico para recebimento de boletim de voto à distância ou participação a distância da Assembleia.

- i) **Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia não adota procedimentos diferenciados em relação à legislação e regulamentação vigentes. Assim, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

- j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

- k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da Instrução CVM 481/09 ("ICVM 481"), o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@lindenberg.com.br, ou telefone (11) 3041-2700.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu 8 (oito) vezes durante o exercício social de 2021:

Data	Objeto	Matéria
11/02/2021	Aprovação das Políticas de <i>Compliance</i> da Companhia	Extraordinária
19/02/2021	Deliberar sobre as contas da Administração e Convocar a Assembleia Geral Ordinária	Ordinária
26/03/2021	Distribuição/individualização de Remuneração Conselho e Diretoria	Ordinária
29/04/2021	Prestação de Garantia (aval) em favor do Banco Original S/A	Extraordinária
02/07/2021	Prestação de Garantia (fiança) em favor de cliente	Extraordinária
05/07/2021	Prestação de Garantia (fiança) em favor do Banco Safra S/A	Extraordinária
17/12/2021	Prestação de Garantia (fiança) em favor Vert Companhia Securitizadora	Extraordinária
03/12/2021	Deliberar sobre a proposta da Administração para a redução de capital da Companhia	Extraordinária

- b) Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Item não aplicável a Companhia.

- c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses no âmbito do Conselho de Administração. A Companhia entende-se que as regras constantes na legislação e regulamentação aplicáveis são adequadas para gerenciamento eventuais conflitos de interesse.

- d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo
- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
 - ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Item não aplicável a Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Item não aplicável a Companhia.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	02/08/1955	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2022	3 anos (até AGO/2025)	28
004.219.258-76	ENGENHEIRO	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	04/04/2022	Sim	0.00%
DIRETOR PRESIDENTE, DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ADMINISTRATIVO					
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	23/03/1982	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2022	3 anos (até AGO/2025)	2
224.468.838-00	Engenheiro	19 - Outros Diretores	04/04/2022	Sim	0.00%
DIRETOR FINANCEIRO					
MARCELO HADDAD BUAZAR	08/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	3 anos (até AGO/2025)	2
040.011.888-21	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2022	Sim	100.00%
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO					
ADOLPHO LINDENBERG	03/06/1924	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	3 anos (até AGO/2025)	42
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	04/04/2022	Sim	100.00%
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	10/02/1975	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	04/04/2022	3 anos (até AGO/2025)	10
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	39 - Outros Conselheiros / Diretores	04/04/2022	Sim	100.00%
DIRETOR TÉCNICO E MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76					
Formado em engenharia civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da Companhia até tornar-se sócio diretor em 1985. Atua como Diretor Presidente e de Relações com Investidores desde 1993 até a presente data. Adolpho Lindenberg Filho, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99					
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00					

Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP – SP em 2007. Atua no Grupo Econômico da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A desde 2004, assumindo o cargo de Diretor Financeiro em 2013. Atuou como Conselheiro da REP – Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S/A entre 2015 e 2016. Atua como Diretor Financeiro e Conselheiro da Construtora Adolpho Lindenberg desde abril de 2019 até a presente data.

Maurício Piazzon Barbosa Lima declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21

Administrador de empresas formado pela FGV – SP em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou posteriormente como diretor da Bain & Company entre 1997 e 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009, onde participa do Conselho de Administração até a presente data. Eleito membro do Conselho de Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em abril de 2019, exerce o Cargo de Conselheiro Administrativo até a presente data. Marcelo Haddad Buazar declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em engenharia e arquitetura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro. Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg e na década de 70, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 700 empreendimentos construídos. Adolpho Lindenberg, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Formado em 1997 em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Durante a sua vida profissional atendeu vários cursos na área imobiliária e de construção. Membro do CTQ – Comitê de Tecnologia e Qualidade do SINDUSCON/SP e Membro do C MPU - Conselho Municipal de Política Urbana do Município de SP. Durante sua vida profissional, atuou por mais de 20 anos em empresas incorporadoras/construtoras, exercendo os cargos de Coordenador de Obras, Gerente de Obras, Gerente Geral de Obras, Gerente Técnico e Diretor de Operações. Atua como Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg há mais de 10 anos. Sérgio Garrido Cincurá, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76 N/A	
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00 N/A	
MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21 N/A	
ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10 N/A	
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72 N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021Administrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlador Direto

Diretor técnico e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Lindenberg Investimentos Ltda.

32.218.933/0001-46

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlada Direta

Diretor técnico e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.

06.152.137/0001-48

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlada Direta

Diretor técnico e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA

06.138.869/0001-83

Diretor técnico e Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Administrador	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Administrador	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENBERG VENDAS Administrador	09.123.487/0001-74		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Administrador	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Administrador	33.856.131/0001-24		
Observação			

Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Lindenberg Investimentos Ltda. Administrador	32.218.933/0001-46		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Administrador	06.138.869/0001-83		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Administrador	06.152.137/0001-48		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA
Diretor financeiro

224.468.838-00

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

LINDENBERG VENDAS
Administrador

09.123.487/0001-74

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA
Diretor financeiro

224.468.838-00

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.
Administrador

33.856.131/0001-24

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA
Administrador

06.138.869/0001-83

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

004.219.258-76

Prestação de serviço

Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo.			
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo.			
Pessoa Relacionada			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo.			
Pessoa Relacionada			
Lindenberg Investimentos Ltda.	32.218.933/0001-46		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo.			
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG VENDAS	09.123.487/0001-74		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
---	--------------------	--	--

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Prestação de serviço	Controlador Direto
--------------------------	----------------	----------------------	--------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
---	--------------------	--	--

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
--------------------------------------	--------------------	--	--

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

004.219.258-76

Subordinação

Controlador Direto

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

Pessoa Relacionada

Lindenberg Investimentos Ltda.

32.218.933/0001-46

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

Pessoa Relacionada

LINDENBERG VENDAS

09.123.487/0001-74

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlador Direto

Diretor técnico

Pessoa Relacionada

Lindenberg Investimentos Ltda.

32.218.933/0001-46

Diretor técnico

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor técnico	06.138.869/0001-83		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Diretor técnico	06.152.137/0001-48		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor técnico	60.665.379/0001-80		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função LINDENBERG VENDAS Diretor técnico Observação	09.123.487/0001-74		
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro Pessoa Relacionada Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor financeiro Observação	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro Pessoa Relacionada LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor financeiro Observação	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor financeiro Observação	06.138.869/0001-83		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor financeiro	60.665.379/0001-80		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Diretor financeiro	06.152.137/0001-48		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG VENDAS Diretor financeiro	09.123.487/0001-74		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada			
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24		
Diretor financeiro			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Prestação de serviço Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. 06.152.137/0001-48
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. 60.665.379/0001-80
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	32.218.933/0001-46		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG VENDAS Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	09.123.487/0001-74		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor técnico	32.218.933/0001-46		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor técnico	06.138.869/0001-83		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlada Direta

Diretor técnico

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.

06.152.137/0001-48

Diretor técnico

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlada Direta

Diretor técnico

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.

60.665.379/0001-80

Diretor técnico

ObservaçãoAdministrador do Emissor

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

757.342.495-72

Subordinação

Controlada Direta

Diretor técnico

Pessoa Relacionada

LINDENBERG VENDAS

09.123.487/0001-74

Diretor técnico

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor técnico	33.856.131/0001-24		
Observação			

Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor financeiro	32.218.933/0001-46		
Observação			

Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor financeiro	06.138.869/0001-83		
Observação			

Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor financeiro	60.665.379/0001-80		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Diretor financeiro	06.152.137/0001-48		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG VENDAS Diretor financeiro	09.123.487/0001-74		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor financeiro	33.856.131/0001-24		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Item não aplicável a Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

- b) Composição da remuneração, indicando

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem remuneração fixa mensal (pró-labore) e remuneração variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular seu comprometimento com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

- ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, não existe um percentual pré-definido para cada elemento, que é definido a cada ano pelo Conselho de Administração no momento da atribuição da remuneração individual. As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:

2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

2020

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se instalado.

A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração. Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos, buscando manter os salários compatíveis com o mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea "i" acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de médio prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como, dentre outros: (i) autonomia; (ii) iniciativa e pró-atividade; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento interpessoal; (viii) negociação; (ix) solução de problemas e poder de tomada de decisões; (x) trabalho em equipe; e (xi) postura profissional.

d) Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia não adota indicadores de desempenho para estruturar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. No entanto, a determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos diretores, aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade. Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) Alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de uma remuneração compatível com o mercado. Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de remuneração variável anual a determinados colaboradores de acordo com os resultados da Companhia. O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL - Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. ("CAL MO"), controlada direta da Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Uma vez aprovada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os membros da administração da Companhia

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Ao definir a remuneração individual dos administradores, o Conselho de Administração se preocupa em manter os salários compatíveis com o mercado.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, especialmente na definição dos componentes de remuneração fixa e variável dos administradores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	65.000,00	2.000.000,00		2.065.000,00
Benefícios direto e indireto	75.000,00	400.000,00		475.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	10.000,00	200.000,00		210.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.000.000,00		4.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	150.000,00	6.600.000,00		6.750.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.381,00	1.990.920,00		2.058.301,00
Benefícios direto e indireto	41.282,00	189.527,00		230.809,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	108.663,00	2.180.447,00		2.289.110,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.381,00	1.693.505,00		1.760.886,00
Benefícios direto e indireto	41.282,00	145.704,00		186.986,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	5.508,00		5.508,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	108.663,00	1.844.717,00		1.946.780,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.381,00	507.590,00		574.971,00
Benefícios direto e indireto	41.282,00	52.431,00		93.713,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	125.644,00		125.644,00
Descrição de outras remunerações fixas		Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	108.663,00	2.780.000,00		835.504,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.000.000	0	4.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável paga no exercício social encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

- a) Termos e condições gerais
- b) Principais objetivos do plano
- c) Forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) Número máximo de ações abrangidas
- g) Número máximo de opções a serem outorgadas
- h) Condições de aquisição de ações
- i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) Critérios para fixação do prazo de exercício
- k) Forma de liquidação
- l) Restrições à transferência das ações
- m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) **Número de membros remunerados**
- d) **Em relação a cada outorga de opções de compra de ações**
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e) **Valor justo das opções na data de cada outorga**
- f) **Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Não aplicável à Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

		2021			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Categoria				
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	01	0	0	01
	Ações preferenciais	26	447	0	473
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda.	Quotas	5.916.762	16.452.930	0	22.369.692

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	735.087,00	692.097,00	386.019,00	108.663,00	102.063,00	149.838,00
Valor da menor remuneração(Reais)	722.680,00	535.890,00	303.873,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	726.816,00	613.070,00	229.964,00	36.221,00	34.021,00	49.946,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Item não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Percentual	0%	0%	0%	100%	100%	100%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2021

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	735.604	0	N/A	735.604
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2020

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	544.654	532.739	N/A	1.077.393
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2019

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	2018	2019	2020	2021
Diretor	2	3	3	3
Estagiário	0	0	0	0
CLT	0	0	0	0
Conselheiro	3*	3	3	3
Total	5	6	6	6

* O Conselheiro Dr. Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira faleceu em 19/09/2018

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	2018	2019	2020	2021
Diretor	2	2	1	1
Estagiário	11	5	6	17
CLT	74	75	79	94
Total	87	82	86	112

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tiveram no exercício de 2020 a média aproximada de 210 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

- c) Índice de rotatividade

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2018	2019	2020	2021
Índice de Rotatividade	35,00%	6,00%	9,00	9,00%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Item não aplicável a Companhia.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Além da remuneração fixa, possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b) Política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e convênio farmácia AA

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores. Não ocorreram paralisações promovidas pelo Sindicato nos últimos 3 exercícios sociais em decorrência das relações entre o emissor e os trabalhadores alocados em suas obras. Não obstante, é comum, a paralisação generalizada do setor quando das negociações do dissídio coletivo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Lindenberg Investimentos Ltda.						
32.218.933/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	09/06/2022		
Não						
	1.599.290	85,956%	0	0,000%	1.599.290	85,956%
Jose Oswaldo Morales Junior						
066.016.438-82	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
	71.915	3,865%	0	0,000%	71.915	3,865%
Marcos Ribeiro Simon						
042.883.278-49	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
	95.660	5,141%	0	0,000%	95.660	5,141%
OUTROS						
	93.730	5,038%	0	0,000%	93.730	5,038%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	1.860.595	100,000%	0	0,000%	1.860.595	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ALEXANDRE MASTROCESSÁRIO SILVA						
876.313.691-00	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
190.000	0,849	0	0,000	190.000	0,849	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
ARTHUR MONNERAT AMORIM						
095.112.487-07	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
380.000	1,699	0	0,000	380.000	1,699	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.						
06.165.988/0001-25	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2022		
Não						
5.179.069	23,152	0	0,000	5.179.069	23,152	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
BRUNA AFONSO BIANCA DEIAB						
299.064.058-48	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
367.500	1,643	0	0,000	367.500	1,643	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MARCELO GUARANHA SAVI						
138.319.428-97	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
111.848	0,500	0	0,000	111.848	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA						
224.468.838-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2022		
Não						
5.302.124	23,702	0	0,000	5.302.124	23,702	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
MHBU CONSULTORIA E REPRES LTDA.						
01.182.334/0001-96	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2022		
Não						
5.626.463	25,152	0	0,000	5.626.463	25,152	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
RICARDO ROMERO						
166.790.298-99	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
111.848	0,500	0	0,000	111.848	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ						
757.342.495-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2022		
Não						
4.653.446	20,803	0	0,000	4.653.446	20,803	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
TOTAL						
22.369.692	100,000	0	0,000	22.369.692	100,000	
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.						
05.846.039/0001-48	Brasileira-SP	Sim	Não	16/10/2020		
Não						
447.394	2,000	0	0,000	447.394	2,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ADOLPHO CARLOS LINDENBERG						
309.241.658-98	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
30	0,024	0	0,000	30	0,024	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO						
004.219.258-76	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019		
Não						
123.726	99,920	0	0,000	123.726	99,920	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BEATRIZ CALDEIRA LINDENBERG						
343.122.558-65	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
30	0,024	0	0,000	30	0,024	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25		
MARCOS CALDEIRA LINDENBERG						
365.777.768-73	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
30	0,024	0	0,000	30	0,024	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MARIA ELIZA CALDEIRA LINDENBERG						
052.119.038-03	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
30	0,008	0	0,000	30	0,008	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
123.846	100,000	0	0,000	123.846	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MHBU CONSULTORIA E REPRES LTDA.				01.182.334/0001-96		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
MARCELO HADDAD BUAZAR						
040.011.888-21	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
5.626.463	100,000	0	0,000	5.626.463	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
5.626.463	100,000	0	0,000	5.626.463	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Maria Clara Lindenberg Van Deursen					
458.999.438-07	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Isabel Lindenberg Van Deursen					
499.235.238-37	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Pia Lindenberg Zaborowski					
385.139.488-70	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48		
Monica Lindenberg Van Deursen						
022.515.758-63	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020		
Não						
1.870.713	62,619	0	0,000	1.870.713	62,619	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Sérgio Van Deursen						
030.103.138-02	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020		
Não						
467.680	15,655	0	0,000	467.680	15,655	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
2.987.467	100,000	0	0,000	2.987.467	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	09/06/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	234
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

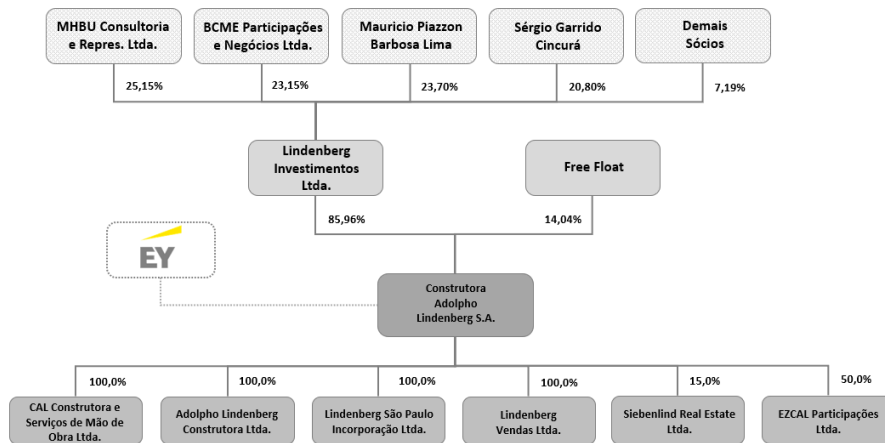
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	261.305	14,044%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	261.305	14,040%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

- a) Controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



- b) Principais controladas e coligadas do emissor

Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.

Participação direta: 99,99%
 Participação indireta: 0,01%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.

Participação direta: 99,99%
 Participação indireta: 0,01%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.

Participação direta: 100,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

Lindenberg Vendas Ltda.

Participação direta: 100,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária

Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.

Participação direta: 15,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de participação em empreendimentos imobiliários

Ezcal Participações Ltda.

Participação direta: 50,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de participação em empreendimentos imobiliários

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

c) Participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. e Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda conforme informado abaixo:

Alberobello Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Alto de Pinheiros Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 15,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Amadora Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 10,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Aosta Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 35,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Associação Praça Lindenberg

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 15,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Bari Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Barolo Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ferrette Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Participação indireta: 15,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Latina Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Laurenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 37,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Lion Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 40,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Livorno Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Monza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 15,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Novara Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Perugia Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ragusa Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

SPE Bandeira Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 49,00%

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Toliara Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 30,00%

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Valencia Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 50,00%

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Varese Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 100,00%

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Viseu Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 100,00%

Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

Item não aplicável à Companhia.

e) Principais sociedades sob controle comum

Item não aplicável à Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a) partes

Acordo de Sócios da controladora Lindenberg Investimentos Ltda., firmado entre MHBU Consultoria e Representações Ltda, BCME Participações e Negócios LTDA, Sérgio Garrido Cincurá, Maurício Piazzon Barbosa Lima e Trimar Participações LTDA.

b) data de celebração

Firmado em 24/11/2021

c) prazo de vigência

Vigência de 20 (vinte) anos, ou enquanto os Quotistas que atualmente compõem o quadro societário controladora Lindenberg Investimentos Ltda, detiverem, em conjunto, 60% (sessenta por cento) do capital social, o que ocorrer primeiro.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Conforme consta na cláusula 7.2 do referido Acordo, as deliberações relativas à Companhia, serão tomadas por aprovação dos Quotistas da Controladora, representando, ao menos, 60% (sessenta por cento) do seu capital social votante.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não há, aplica-se o *quórum* geral indicado acima.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

A transferência de quotas é vedada, salvo nas hipóteses previstas na cláusula 3.2 do Acordo de Sócios, e mesmo nas hipóteses permitidas, deve ser observado o direito de preferência dos demais Sócios, o direito de *Drag Along* e de *Tag Along*. São hipóteses permitidas de transferência:

- i. Transferências de Quotas da Sociedade detidas pelos Quotistas a pessoas que mantêm vínculo de trabalho ou prestação de serviços com a Sociedade e/o com Sociedades Investidas, e que sejam beneficiárias de contratos de opção de compras de Quotas aprovados pelos Quotistas e que observam as disposições deste Acordo; e
- ii. no caso de Quotistas pessoa física, quando a Transferência for em decorrência de sucessão "*causa mortis*" e desde que para os seus herdeiros necessários.
- iii. Transferências de Quotas para sociedades nas quais, cumulativamente: (c.1.) os Quotistas sejam sócios e tenham o controle; (c.2.) se o(s) respectivo(s) Quotista(s) não for(em) o(s) único sócio(s), tenham, como demais sócios, cônjuge e/ou ascendente(s) e/ou descendente(s) do(s) respectivo(s) Quotista(s) até o primeiro grau. Nesse caso, a sociedade cessionária deverá submeter-se ao Acordo;
- iv. Transferências de Quotas para sociedades sob controle comum de dois ou mais Quotistas, sendo certo que, nesse caso, a sociedade cessionária deverá submeter-se ao Acordo.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável a Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

A Companhia informa a seguir as alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia em 2022 até a presente data desse formulário e nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

2022

Em 30 de abril de 2022, ingressam como sócios minoritários da Lindenberg Investimentos Ltda., os funcionários contemplados pela Opção de Compra de Quotas em 24/11/2021, nos termos abaixo:

A sócia MHBU Consultoria e Representações Ltda., qualificada, neste ato, cede e transfere em favor dos Sócios Ingressantes, a título oneroso, 290.299 (duzentas e noventa mil e duzentas e noventa e nove) quotas, subscritas e integralizadas, totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, na proporção abaixo indicada:

- a) Arthur Monnerat Amorim recebe 95.000 (noventa e cinco mil) quotas
- b) Bruna Bianca Afonso Deiab recebe 91.875 (noventa e uma mil e oitocentas e setenta e cinco) quotas
- c) Alexandre Mastrocássario Silva recebe 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) quotas
- d) Ricardo Romero recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas
- e) Marcelo Savi Guaranha recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas

A sócia BCME Participações e Negócios Ltda., qualificada, neste ato, cede e transfere em favor dos Sócios Ingressantes, a título oneroso, 290.299 (duzentas e noventa mil e duzentas e noventa e nove) quotas, subscritas e integralizadas, totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, na proporção abaixo indicada:

- a) Arthur Monnerat Amorim recebe 95.000 (noventa e cinco mil) quotas
- b) Bruna Bianca Afonso Deiab recebe 91.875 (noventa e uma mil e oitocentas e setenta e cinco) quotas
- c) Alexandre Mastrocássario Silva recebe 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) quotas
- d) Ricardo Romero recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas
- e) Marcelo Savi Guaranha recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas

O sócio Maurício Piazzon Barbosa Lima, qualificado, neste ato, cede e transfere em favor dos Sócios Ingressantes, a título oneroso, 290.299 (duzentas e noventa mil e duzentas e noventa e nove) quotas, subscritas e integralizadas, totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, na proporção abaixo indicada:

- a) Arthur Monnerat Amorim recebe 95.000 (noventa e cinco mil) quotas
- b) Bruna Bianca Afonso Deiab recebe 91.875 (noventa e uma mil e oitocentas e setenta e cinco) quotas
- c) Alexandre Mastrocássario Silva recebe 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) quotas
- d) Ricardo Romero recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas
- e) Marcelo Savi Guaranha recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas

O sócio Sérgio Garrido Cincurá, qualificado, neste ato, cede e transfere em favor dos Sócios Ingressantes, a título oneroso, 290.299 (duzentas e noventa mil e duzentas e noventa e nove) quotas, subscritas e integralizadas, totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, na proporção abaixo indicada:

- a) Arthur Monnerat Amorim recebe 95.000 (noventa e cinco mil) quotas

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

- b) Bruna Bianca Afonso Deiab recebe 91.875 (noventa e uma mil e oitocentas e setenta e cinco) quotas
- c) Alexandre Mastrocossário Silva recebe 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) quotas
- d) Ricardo Romero recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas
- e) Marcelo Savi Guaranha recebe 27.962 (vinte e sete mil e novecentas e sessenta e duas) quotas

A Sócia Trimar Participações Ltda., renuncia expressamente ao seu direito de preferência e anui integralmente as presentes transferências. As transferências acima foram efetuadas em favor dos Sócios Ingressantes, em razão do exercício parcial de Opção de Compra e Venda de Quotas de 24/11/2021, arquivado na sede da Sociedade. Os Sócios Ingressantes declaram expressamente que conhecem e aderem integralmente ao Acordo de Sócios assinado em 24/11/2021, arquivado na sede da Sociedade.

Em virtude das deliberações aprovadas acima, o *caput* da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação:

5º - ACS - INGRESSO SÓCIOS "SOP"		
SÓCIOS	Nº QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
MHBU CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.	5.626.463	25,15%
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.	5.179.069	23,15%
SÉRGIO GARRIDO SINCURA	4.653.446	20,80%
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	5.302.124	23,70%
TRIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	447.394	2,00%
ARTHUR MONNERATI AMARIN	380.000	1,70%
BRUNA AFONSO BIANCA DEIAB	367.500	1,64%
ALEXANDRE MASTROCESSÁRIO SILVA	190.000	0,85%
MARCELO GUARANHA SAVI	111.848	0,50%
RICARDO ROMERO	111.848	0,50%
TOTAL	22.369.692	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Em 24 de novembro de 2021, a Sócia FHB, qualificada, neste ato, cede e transfere em favor de MHBU, a título oneroso, a totalidade da sua participação na Sociedade, correspondente a 5.916.762 (cinco milhões, novecentas e dezesseis mil e setecentas e sessenta e duas) quotas, subscritas e integralizadas, totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame. Os Sócios BCME, TRIMAR, Sérgio e Maurício renunciam ao seu direito de preferência e anuem a presente transferência. Dessa forma, com a cessão da integralidade das suas quotas, a FHB retira-se neste ato, da Sociedade. As sócias, a Sociedade e a FHB outorgam-se, umas às outras, a mais ampla e irrevogável quitação por todos os deveres e obrigações, legais e contratuais, de modo que a FHB exonera-se de quaisquer responsabilidades em relação à Sociedade a contar da presente data.

Em virtude das liberações aprovadas acima, o *caput* da Clausula 4ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte distribuição:

4º - ACS - TRANSFERÊNCIA QUOTAS FHB -> MHB		
SÓCIOS	Nº QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
MHBU CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.	5.916.762	26,45%
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.	5.469.368	24,45%
SÉRGIO GARRIDO SINCURA	4.943.745	22,10%
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	5.592.423	25,00%
TRIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	447.394	2,00%
TOTAL	22.369.692	100,00%

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 20 de maio de 2021, a Sócia BCME, qualificada, neste ato, cede e transfere em favor de Sérgio, a título oneroso, 234.882 (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e duas) quotas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor de R\$ 234.882,00 (duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta e dois reais), totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame. Os Sócios FHB, TRIMAR e Maurício renunciam ao seu direito de preferência e anuem a presente transferência.

Ato seguinte, a Sócia FHB, qualificada, neste ato, cede e transfere em favor de Sérgio, a título oneroso, 234.882 (duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta e duas) quotas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor de R\$ 234.882,00 (duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta e dois reais), totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame. Os Sócios BCME, TRIMAR e Maurício renunciam ao seu direito de preferência e anuem a presente transferência.

Em virtude das liberações aprovadas acima, o *caput* da Clausula 3ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte distribuição

3º - ACS - OPÇÃO SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ		
SÓCIOS	Nº QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
FHB PARTICIPAÇÕES I INCORPORAÇÃO S.A	5.916.762	26,45%
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.	5.469.368	24,45%
SÉRGIO GARRIDO SINCURA	4.943.745	22,10%
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	5.592.423	25,00%
TRIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	447.394	2,00%
TOTAL	22.369.692	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A sócia BCME, qualificada, neste ato, cede e transfere em favor da TRIMAR, a título oneroso, 447.394 (quatrocentas e quarenta e sete mil e trezentas e noventa e quatro) quotas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor de R\$ 2.147.394,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e trezentos e noventa e quatro reais), totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame. Os Sócios FHB, Sérgio e Maurício renunciam ao seu direito de preferência e anuem a presente transferência.

Em virtude das liberações aprovadas acima, o *caput* da Clausula 2ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte distribuição

2º ACS - INGRESSO DA TRIMAR		
SÓCIOS	Nº QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
FHB PARTICIPAÇÕES I INCORPORAÇÃO S.A.	6.151.644	27,50%
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.	5.704.250	25,50%
SÉRGIO GARRIDO SINCURA	4.473.981	20,00%
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	5.592.423	25,00%
TRIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	447.394	2,00%
TOTAL	22.369.692	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Em virtude de uma reorganização societária em abril 2019, envolvendo a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI"), houve a transferência do controle direto da Companhia para a Lindenberg Investimentos Ltda., atual detentora de 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia, sendo que o controle indireto permanece com os principais acionistas. Assim, a reorganização não alterou o controle ou a estrutura administrativa da Companhia através da Lindenberg Investimento Ltda.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em virtude das liberações aprovadas acima, o *caput* da Clausula 1ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte distribuição

1º ACS - AUMENTO DE CAPITAL		
SÓCIOS	Nº QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
FHB PARTICIPAÇÕES I INCORPORAÇÃO S.A.	6.151.644	27,50%
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.	6.151.644	27,50%
SÉRGIO GARRIDO SINCURA	4.473.981	20,00%
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	5.592.423	25,00%
TOTAL	22.369.692	100,00%

15.7 - Principais Operações Societárias

2022

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de abril de 2022, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“Companhia”) comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) e na Assembleia Especial de titulares de ações preferenciais (“AGEsp”) realizadas na mesma data foram deliberado e aprovadas as seguintes matérias: (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial; (ii) o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1:5; (iii) a inclusão da previsão de capital autorizado no estatuto social da Companhia, nos termos dos artigos 75 e 168 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) a reforma do Estatuto Social da Companhia e sua consequente consolidação, para refletir o disposto nos itens (i) a (iii) acima, se aprovados; (v) a realização de aumento do capital social da Companhia no montante de, no mínimo, R\$ 7.868.506,80 (sete milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e seis reais e oitenta centavos), e, no máximo, R\$ 9.154.127,40 (nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), com a emissão de, no mínimo, 1.599.290 (um milhão, quinhentas e noventa e nove mil e duzentas e noventa) ações ordinárias e, no máximo, 1.860.595 (um milhão, oitocentas e sessenta mil, quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias; (vi) a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional às ações a serem subscritas no âmbito do aumento de capital; e (vii) a autorização aos membros da Diretoria a praticarem todos os atos necessários para implementar as matérias descritas acima, se aprovadas.

A Companhia irá divulgar novos Avisos aos Acionistas oportunamente informando a respeito dos prazos e procedimentos operacionais relacionados aos eventos elencados acima.

Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia resolveram, não sendo computados os votos dos legalmente impedidos, aprovar, por unanimidade, nos termos da Proposta da Administração, a ratificação nos termos do artigo 136, §1º da Lei das Sociedades por Ações, da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária (“Conversão de Ações”), que conferirão os mesmos direitos patrimoniais e políticos a todos os acionistas da Companhia, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, às 10:00 horas (“AGE”).

Com a Conversão de Ações, o capital social da Companhia continuará sendo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) totalmente subscrito e integralizado, mas deixará de ser representado por 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, para ser representado por 372.119 (trezentas e setenta e duas mil e cento e dezenove) ações ordinárias, não implicando em alteração do valor do capital social da Companhia ou transferência/alteração do seu atual controle.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A Companhia informa que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de dezembro de 2021, por unanimidade dos votos dos presentes, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), passando este dos atuais R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) para R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital ora aprovada será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020. Em virtude do exposto, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.”

(ii) Os membros da Diretoria da Companhia ficam desde já expressamente autorizados a praticarem todos e quaisquer atos necessários e cabíveis para efetivar e implementar a redução de capital ora aprovada. Os acionistas aprovam ainda lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da LSA.

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A Companhia informa que não houve operações societárias em 2020

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

a) Evento

Em abril de 2019, houve reorganização societária por meio da qual os acionistas da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI"), antiga controladora da Companhia, resgataram e cancelaram ações preferenciais de emissão da LDI, recebendo, como pagamento por tal resgate e cancelamento, ações de emissão da Companhia. Essas ações foram integralmente transferidas para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a ser a controladora direta da Companhia.

b) Principais condições do negócio

Não aplicável, tendo em vista que a operação ocorreu no âmbito dos acionistas controladores da Companhia e houve apenas uma alteração nos veículos de investimento.

c) Sociedades envolvidas

As empresas envolvidas nesta reorganização são 2 (duas) das acionistas da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., a saber: (i) a FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A (CNPJ/ME nº 05.380.314/0001-80) e (ii) a BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA., (CNPJ/ME nº 06.165.988/0001-25), bem como esteve envolvida também a nova controladora da Companhia, a saber a LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA (CNPJ/ME nº 32.218.933/0001-46).

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A reorganização não altera o controle indireto e, assim, a estrutura administrativa da Companhia. Não há ingresso de nenhum novo investidor no bloco de controle. A totalidade da participação acionária da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. na Companhia, correspondente a 85,96% do seu capital social foi transferida para a LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA, mantendo-se o mesmo controle indireto.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	94,32	81,77	85,96	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,71	5,14	Não	Não
José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,40	3,32	Não	Não
Outros	0,54	8,12	5,58	Não	Não
Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

Depois

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
Lindenberg Investimentos Ltda	94,32	81,773	85,95	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,712	5,14	Não	Não

15.7 - Principais Operações Societárias

José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,646	3,47	Não	Não
Outros	0,49	7,637	5,25	Não	Não
Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Item não aplicável a Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A Companhia informa que não existem outras informações relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

O emissor não possui uma política formal, outrossim, as operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são realizadas observando-se a lei, as normas contábeis e os preços e condições usuais de mercado, não gerando, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

- a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

- b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Item não aplicável à Companhia.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/12/2021	4.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2016	16.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/03/2015	12.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

31/03/2015	AGE	31/03/2015	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/03/2016	AGOE	22/03/2016	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/04/2012	30/04/2012	37.852.195,79	0	0	0	97,13520000	0,00
Forma de restituição		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.					
Razão para redução		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.					
28/12/2021	28/12/2021	12.000.000,00	0	0	0	75,00000000	0,00
Forma de restituição		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020.					
Razão para redução		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020.					

17.5 - Outras Informações Relevantes

Informações complementares ao item 17.1 deste Formulário de Referência

2022

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de abril de 2022, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“Companhia”) comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) e na Assembleia Especial de titulares de ações preferenciais (“AGEsp”) realizadas na mesma data foram deliberado e aprovadas as seguintes matérias: (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial; (ii) o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1:5; (iii) a inclusão da previsão de capital autorizado no estatuto social da Companhia, nos termos dos artigos 75 e 168 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) a reforma do Estatuto Social da Companhia e sua consequente consolidação, para refletir o disposto nos itens (i) a (iii) acima, se aprovados; (v) a realização de aumento do capital social da Companhia no montante de, no mínimo, R\$ 7.868.506,80 (sete milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e seis reais e oitenta centavos), e, no máximo, R\$ 9.154.127,40 (nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), com a emissão de, no mínimo, 1.599.290 (um milhão, quinhentas e noventa e nove mil e duzentas e noventa) ações ordinárias e, no máximo, 1.860.595 (um milhão, oitocentas e sessenta mil, quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias; (vi) a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional às ações a serem subscritas no âmbito do aumento de capital; e (vii) a autorização aos membros da Diretoria a praticarem todos os atos necessários para implementar as matérias descritas acima, se aprovadas.

A Companhia irá divulgar novos Avisos aos Acionistas oportunamente informando a respeito dos prazos e procedimentos operacionais relacionados aos eventos elencados acima.

Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia resolveram, não sendo computados os votos dos legalmente impedidos, aprovar, por unanimidade, nos termos da Proposta da Administração, a ratificação nos termos do artigo 136, §1º da Lei das Sociedades por Ações, da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária (“Conversão de Ações”), que conferirão os mesmos direitos patrimoniais e políticos a todos os acionistas da Companhia, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, às 10:00 horas (“AGE”).

Com a Conversão de Ações, o capital social da Companhia continuará sendo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) totalmente subscrito e integralizado, mas deixará de ser representado por 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, para ser representado por 372.119 (trezentas e setenta e duas mil e cento e dezenove) ações ordinárias, não implicando em alteração do valor do capital social da Companhia ou transferência/alteração do seu atual controle.

2021

A Companhia informa que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de dezembro de 2021, por unanimidade dos votos dos presentes, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), passando este dos atuais R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) para R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital ora aprovada será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020. Em virtude do exposto, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º- O capital social é de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.”

17.5 - Outras Informações Relevantes

(ii) Os membros da Diretoria da Companhia ficam desde já expressamente autorizados a praticarem todos e quaisquer atos necessários e cabíveis para efetivar e implementar a redução de capital ora aprovada. Os acionistas aprovam ainda lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da LSA.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não possuem outras informações relevantes.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não

18.1 - Direitos Das Ações

Restrição a circulação Não

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
- Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
- Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- Direito de votar nas assembleias gerais; e
- Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não há, no Estatuto Social da Companhia, regras que representem limitações ao exercício do direito de voto.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Ressalvado o disposto na Lei das Sociedades por ações, não existem exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	745	60,01	60,01	R\$ por Unidade	74,51
31/12/2021	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.936	50,00	50,00	R\$ por Unidade	65,28

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	296	98,50	98,50	R\$ por Unidade	98,50
31/12/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.131	50,25	30,00	R\$ por Unidade	43,39

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.796	73,00	51,01	R\$ por Unidade	72,56
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.499	52,00	50,00	R\$ por Unidade	53,13

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificados de Depósito de Valores Mobiliários	0	0	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na “B3” – B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
0	0	Brasil	0
N/A	31/12/2020	31/12/2020	0.000000%
Não		Não	
Não		Não	
0	0	Brasil	0
0	31/12/2021	31/12/2021	0.000000%
Não		Não	
Não		Não	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Item não aplicável a Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Item não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Item não aplicável a Companhia.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	28/03/2014
Órgão responsável pela aprovação	Conselho Administrativo
Cargo e/ou função	(i) pela própria Companhia; (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia; (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas; (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver); (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas; (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ; (vii) pelos terceiros com acess

Principais características e locais de consulta

A Companhia possui em vigor uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2014, que tem como princípio geral estabelecer as diretrizes e os procedimentos que deverão ser observadas pela Companhia e demais pessoas vinculadas em relação à divulgação de atos ou fatos relevantes e para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários pode ser conferida no site da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>), no site da CVM (www.cvm.gov.br), e no site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.</p> <p>4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>4.3. Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.</p> <p>5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.</p> <p>5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.</p> <p>5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.</p>
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

Item não aplicável a Companhia.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui em vigor uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em **28 de março de 2014**, que tem como princípio geral estabelecer as diretrizes e os procedimentos que deverão ser observadas pela Companhia e demais pessoas vinculadas em relação à divulgação de atos ou fatos relevantes e para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia. Nos termos da Política, qualquer pessoa vinculada à referida Política, que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relevante, deverá comunicá-los imediatamente, ao Diretor de Relações com Investidores, o qual é responsável pela divulgação da informação. Caso seja constatada a omissão na divulgação de ato ou fato relevante pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, as pessoas vinculadas à Política têm o dever de comunicar o ato ou fato relevante diretamente à CVM.

Não obstante, o ato ou fato relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades de Mercado, e, caso os horários de funcionamento sejam incompatíveis, prevalecerá o horário do mercado brasileiro. Caso seja imprescindível a divulgação do Ato ou Fato Relevante durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia, ou dos valores a eles referenciados, pelo tempo necessário à disseminação da informação relevante, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas respectivas Entidades de Mercado sobre o assunto.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários pode ser conferida no site da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>), no site da CVM (www.cvm.gov.br), e no site da B3 (www.b3.com.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A referida Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas vinculadas, na divulgação e uso de ato ou fato relevante, na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas, bem como na negociação com valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358, com o intuito de divulgar aos órgãos competentes, investidores, analistas de mercado, imprensa financeira especializada e ao mercado em geral, informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à Companhia, assegurando, assim, os mais elevados padrões de igualdade e transparência no uso de informações e divulgação de atos ou fatos relevantes a todos os interessados.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à B3 o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários, ou derivativos (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à B3 e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Nos termos da Política, é considerado ato ou fato relevante, as demais informações definidas como relevantes nos termos da Instrução CVM 358, inclusive qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, bem como qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (iv) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (v) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (vi) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (vii) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (viii) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (ix) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores é o principal responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de informações. Também é responsável pela transmissão das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o Formulário de Referência.

Outrossim, as regras e diretrizes desta Política de Divulgação e Negociação deverão ser observadas pelas denominadas “**Pessoas Vinculadas**”, quais sejam:

- i. pela própria Companhia;
- ii. pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, da Companhia;
- iii. pelos diretores, membros do conselho de administração, membros do Conselho Fiscal, se houver, e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, de suas controladas e/ou seus acionistas controladores;
- iv. por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso às informações relevantes; ou
- v. por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Item não aplicável a Companhia.